



**CIMEIRA EXTRAORDINÁRIA DA UNIÃO AFRICANA
SOBRE A AGENDA DO CAADP PÓS-MALABO
9-11 DE JANEIRO DE 2025
KAMPALA, UGANDA**

Ext./Assembly/2(XIX)
Original: Inglês

**Estratégia e Plano de Acção do CAADP: 2026-2035
(Construir Sistemas Agro-alimentares Resilientes e Sustentáveis
em África)**

11 de Janeiro de 2025

Índice

| | |
|--|----|
| LISTA DOS ACRÓNOMOS | 2 |
| Resumo Executivo | 3 |
| 1. Introdução..... | 7 |
| A Génese e a Relevância Contínua do CAADP | 9 |
| Implementação do CAADP e lições aprendidas: 2003-2024 | 10 |
| 2. Visão, Fundamentação e Princípios para a Estratégia e Plano de Ação da CAADP: 2026-2035..... | 12 |
| Princípios Orientadores do CAADP | 15 |
| 3. Tendências e fatores que moldarão os sistemas agroalimentares de África nos próximos dez anos | 17 |
| Urbanização e mudança nos padrões de consumo..... | 17 |
| Crescimento económico e aumento dos rendimentos | 17 |
| Aumento da população..... | 18 |
| Inovações Tecnológicas | 18 |
| Alterações Climáticas, Sustentabilidade Ambiental e Estabilidade Social | 18 |
| 4. Objetivos estratégicos, intervenções prioritárias, realizações e resultados | 21 |
| Objetivo Estratégico 1: Intensificar a produção sustentável de alimentos, a agroindustrialização e o comércio. | 22 |
| Objetivo Estratégico 2: Impulsionar o Investimento e o Financiamento para a Transformação Acelerada dos Sistemas Agroalimentares | 27 |
| Objetivo Estratégico 3: Garantir a Segurança Alimentar e Nutricional | 30 |
| Objetivo Estratégico 4: Promover a inclusão e meios de subsistência equitativos | 34 |
| Objetivo estratégico 5: Construir sistemas agroalimentares resilientes | 37 |
| Objetivo estratégico 6: Reforçar a governação dos sistemas agroalimentares | 42 |
| 5. Reforçar a implementação e a coordenação do CAADP | 46 |
| 6. Recursos para a Estratégia e o Plano de Ação do CAADP | 48 |
| 7. Sistema de Apoio à Gestão do Conhecimento CAADP | 50 |
| 8. Melhorar a comunicação e a defesa do CAADP..... | 52 |
| Anexo 1: Plano de Ação CAADP: 2026-2035 | 57 |

LISTA DOS ACRÓNOMOS

AUDA-NEPAD Agência de Desenvolvimento da União Africana - Nova Parceria para o Desenvolvimento de África

| | |
|-------|--|
| AID | Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento |
| BAD | Banco Africano de Desenvolvimento |
| BISD | Banco Islâmico de Desenvolvimento |
| BM | Banco Mundial |
| UNECA | Comissão Económica das Nações Unidas para África |
| CER | Comunidade Económica Regional |
| CUA | Comissão da União Africana |
| EFTP | Ensino e Formação Técnica e Profissional |
| eRB | Sistema de Revisão Bienal Electrónica |
| FIDA | Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola |
| FSF | Fitossanitárias Sanitárias e Fitossanitárias |
| GTT | Grupo de Trabalho Técnico |
| IA | Inteligência Artificial |
| IFPRI | Instituto Internacional de Pesquisa de Políticas Alimentares |
| M&A | Monitorização e Avaliação |
| NUCD | Nações Unidas Comércio e Desenvolvimento |
| OIM | Organização Internacional para as Migrações |
| OIT | Organização Internacional do Trabalho |
| OMS | Organização Mundial de Saúde |
| OMSA | Organização Mundial da Saúde Animal |
| ONUAA | Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura |
| PAM | Programa Alimentar Mundial |
| PFNL | Produto Florestal não Lenhoso |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| CAADP | Programa Integrado de Desenvolvimento da Agricultura em África |
| PME | Pequenas e Médias Empresas |
| PNIA | Plano Nacional de Investimento na Agricultura |
| PNUD | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento |
| PRIA | Plano Regional de Investimento Agrícola |
| RB | Revisão da Bienal |
| RSC | Revisão Sectorial Conjunta |
| SIG | Sistemas de Informação Geográfica |
| TIC | Tecnologias da Informação e da Comunicação |
| UA | União Africana |
| EU | União Europeia |
| ZCLCA | Zona de Comércio Livre Continental Africana |

Resumo Executivo

O Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP) tem sido um quadro fundamental para a transformação da agricultura em África desde a sua criação em 2003 com a Declaração de Maputo. Na Declaração de Maputo, os Chefes de Estado e de Governo africanos comprometeram-se a afectar pelo menos 10% da despesa pública à agricultura para atingir uma taxa de crescimento anual de 6% do produto interno bruto (PIB) agrícola. A Declaração do CAADP de Malabo de 2014 reforçou estes compromissos e acrescentou objectivos e metas mais ambiciosos a atingir até 2025, incluindo a erradicação da fome, a redução da pobreza para metade, a triplicação do comércio agrícola intra-africano e o reforço da resiliência. No entanto, os progressos têm sido insuficientes, como revela o 4.º relatório de revisão bienal do CAADP, apresentado à Assembleia da UA em Fevereiro de 2024. Os Chefes de Estado e de Governo reconheceram que o continente não está no caminho certo para cumprir os objectivos e metas de Malabo até 2025, sublinhando a urgência de desenvolver uma agenda do CAADP pós-Malabo centrada na construção de sistemas agro-alimentares resilientes, inclusivos e sustentáveis durante a próxima década do CAADP (2025-2035).

Para moldar a agenda do CAADP pós-Malabo em África, é crucial compreender os principais factores e tendências que irão influenciar os sistemas agro-alimentares na próxima década. A rápida urbanização, a mudança dos padrões de consumo alimentar para refeições prontas a consumir e o aumento da procura de produtos diversificados e de alta qualidade devido ao crescimento económico e a uma classe média em crescimento estão a impulsionar as cadeias de valor agro-alimentares. Estes factores realçam a necessidade de políticas que apoiem as indústrias de transformação como elos críticos entre os agricultores e os mercados em expansão. Igualmente vital é abordar a dinâmica do género, capacitando as mulheres, que constituem uma parte significativa da força de trabalho agrícola, para aumentar a produtividade, a segurança alimentar e nutricional e a resiliência económica.

A população jovem de África oferece um imenso potencial de inovação na agricultura. O envolvimento dos jovens através de uma melhor formação, acesso a factores de produção, infra-estruturas e tecnologias digitais pode integrá-los nas cadeias de valor e aumentar a produtividade. As políticas devem também centrar-se em permitir o acesso dos pequenos agricultores aos mercados, a facilitação do comércio e o cumprimento das normas de sustentabilidade.

A Estratégia e o Plano de Acção do CAADP (2026-2035) prevêem sistemas agro-alimentares sustentáveis e resilientes para uma África saudável e próspera. Em consonância com a Agenda 2063, a Posição Comum Africana sobre Sistemas Alimentares e os compromissos da COP28 sobre sistemas alimentares, defende abordagens transformadoras e holísticas que abrangem toda a cadeia de valor agro-alimentar, desde a produção até ao consumo. A estratégia integra as

dimensões económica, social e ambiental para reforçar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a sustentabilidade agrícola, centrando-se simultaneamente no reforço da capacidade institucional, no aproveitamento da tecnologia e na diversificação das economias através de actividades de valor acrescentado e da agro-industrialização que criam emprego e melhoram os meios de subsistência.

Orientado pelos princípios de apropriação nacional, inclusão, sustentabilidade ambiental e coordenação de múltiplos actores, o plano enfatiza a tomada de decisões baseada em provas, a responsabilidade mútua e a cooperação regional para aproveitar as sinergias em todo o continente. Através deste quadro integrado, o CAADP tem como objectivo acelerar a transformação dos sistemas agro-alimentares, assegurando ao mesmo tempo benefícios equitativos para todas as partes interessadas, especialmente as mulheres, os jovens e os grupos vulneráveis.

Uma mudança significativa é a passagem de uma transformação económica liderada pela agricultura para uma transformação económica liderada pelo sistema agro-alimentar. Esta estratégia tem em conta a complexa interacção entre a produção agrícola, a transformação, o comércio, o consumo e a gestão dos resíduos alimentares, com o objectivo de resolver os compromissos em todas as dimensões da sustentabilidade. A estratégia também dá prioridade à inclusão económica, à sustentabilidade ambiental e à redução da subnutrição, tirando partido de iniciativas como a Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA) para reforçar o comércio intra-africano, aumentar a segurança alimentar e nutricional e promover dietas resistentes, diversificadas e acessíveis para os 70% de africanos que dependem da agricultura.

A Estratégia e o Plano de Acção do CAADP têm seis objectivos estratégicos destinados a transformar os sistemas agro-alimentares de África:

- **Intensificar a produção alimentar sustentável, a agro-industrialização e o comércio.** Os esforços centram-se no reforço dos sistemas de insumos agrícolas, na promoção de práticas respeitadoras do ambiente, na adopção de tecnologias emergentes, na promoção do desenvolvimento agro-empresarial e no reforço das cadeias de valor regionais. Estas estratégias têm por objectivo aumentar a produtividade e posicionar os produtos agrícolas africanos de forma competitiva nos mercados continentais e mundiais.
- **Impulsionar o investimento e o financiamento da transformação.** Isto implica a melhoria dos investimentos agrícolas públicos e privados, o aumento da despesa pública específica do sector, o desenvolvimento de projectos emblemáticos e o aproveitamento de modelos de financiamento inovadores. Estas medidas são vitais para ultrapassar os obstáculos e acelerar o crescimento dos sistemas agro-alimentares.

- **Garantir a segurança alimentar e nutricional.** A agenda prioriza o uso da agricultura para melhorar a nutrição, fortalecendo políticas e programas relacionados e avançando nos sistemas de segurança alimentar. Ao abordar a desnutrição de forma holística, tem como objectivo promover dietas mais saudáveis para todos os africanos.
- **Promover a inclusão e de meios de subsistência equitativos.** Este objectivo visa resolver as desigualdades nos sistemas agro-alimentares. As intervenções incluirão a melhoria das infra-estruturas rurais, a expansão do acesso a recursos para grupos vulneráveis, a implementação de medidas de protecção social e a capacitação económica de mulheres e jovens.
- **Construir sistemas agro-alimentares resilientes.** As estratégias centrar-se-ão no reforço das capacidades humanas e institucionais e no aumento da capacidade de adaptação dos sistemas aos choques. A promoção de uma agricultura inteligente em termos climáticos e a diversificação serão fundamentais para a resiliência a longo prazo.
- **Reforçar a governação dos sistemas agro-alimentares.** É fundamental uma governação eficaz, que privilegie a liderança, a coerência das políticas, a tomada de decisões com base em dados concretos e a responsabilização mútua entre as partes interessadas, a fim de garantir a transparência e a confiança nas iniciativas agrícolas

Para garantir o êxito da aplicação da agenda CAADP pós-Malabo, é essencial reforçar as capacidades institucionais e humanas. Tal inclui um apoio específico às instituições continentais, como a Comissão da União Africana (CUA) e a AUDA-NEPAD, através de um fundo especial proposto. A nível nacional, o empenhamento dos doadores desempenhará um papel fundamental nos esforços de reforço das capacidades, facilitando um melhor alinhamento e coordenação entre as partes interessadas, a fim de impulsionar eficazmente a transformação dos sistemas agro-alimentares.

É igualmente fundamental melhorar a gestão dos conhecimentos e os mecanismos de responsabilização. O reforço dos quadros de responsabilização mútua e a melhoria dos sistemas de informação, como o processo de revisão bienal do CAADP, permitirão um melhor acompanhamento dos progressos e o alinhamento com os objectivos da agenda. Estes sistemas garantirão que as políticas e as intervenções sejam baseadas em dados, promovendo a transparência e criando confiança entre as diversas partes interessadas.

Será também dada prioridade a uma comunicação e defesa eficazes para galvanizar o apoio e o envolvimento a todos os níveis. Uma estratégia abrangente centrar-se-á na capacitação das comunidades locais, no aproveitamento de campeões influentes e na utilização de redes para promover as prioridades da

agenda. Esta abordagem assegura que a agenda ressoa junto dos actores de base, mantendo simultaneamente a dinâmica a nível regional e continental.

Em última análise, a Estratégia e o Plano de Acção do CAADP significam uma mudança transformadora para uma abordagem baseada em sistemas para a transformação agrícola. Ao abordar os desafios complexos e interligados dos sistemas agro-alimentares de África, sublinha a importância da sustentabilidade, da resiliência e da inclusão. A sua visão, “Sistemas Agro-alimentares Sustentáveis e Resilientes para uma África Saudável e Próspera”, visa alcançar um continente com segurança alimentar e economicamente estável, reflectindo as aspirações colectivas do continente ao progresso e à prosperidade

Estratégia e Plano de Acção do CAADP: 2026-2035

1. Introdução

África registou um crescimento económico e agrícola significativo nas últimas duas décadas (2000-2021), tendo o seu produto interno bruto (PIB) duplicado entre 2000 e 2021 e o seu sector agrícola sido o que registou o crescimento mais rápido a nível mundial. Apesar destes progressos, persistem desafios, nomeadamente no que se refere ao cumprimento dos ambiciosos objectivos e metas da Declaração de Malabo sobre o Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP). O quarto relatório da Revisão Bienal do CAADP (RB) revelou que, embora tenham sido feitos progressos notáveis, a partir de 2023 nenhum Estado Membro da União Africana (UA) estava no bom caminho para cumprir os objectivos da Declaração de Malabo até 2025. No entanto, vale a pena notar que doze Estados-Membros melhoraram consistentemente o seu desempenho ao longo de quatro ciclos de RB. As lições aprendidas sobre este progresso desigual - e a implementação do CAADP em geral - estão a informar o desenvolvimento da agenda do CAADP pós-Malabo.

O progresso limitado no sentido de atingir os objectivos e metas do CAADP na Declaração de Malabo até 2025, revelado pelo quarto relatório do RB do CAADP, é consistente com as conclusões do relatório de 2024 sobre o Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo (SOFI, 2024). Com 20,4 por cento da população africana a passar fome e 58 por cento a enfrentar insegurança alimentar, o continente está a lutar para satisfazer as necessidades básicas de segurança alimentar e nutricional. O aumento dos custos tornou uma dieta saudável inacessível para 924,8 milhões de pessoas, agravando a insegurança alimentar e a subnutrição no continente. Apesar de alguns progressos na redução das taxas de atraso no crescimento, a subnutrição continua a ser um problema grave, que conduz a taxas mais elevadas de morbidade e mortalidade e a um menor desenvolvimento do capital humano. Simultaneamente, a obesidade e os problemas de saúde relacionados estão a tornar-se mais prevalentes, aumentando os encargos económicos e de saúde do continente. Estas estatísticas mostram claramente que, sem a intensificação dos esforços, África não está no bom caminho para atingir o seu objectivo de acabar com a fome e a subnutrição até 2025 ou 2030.

Apesar do crescimento significativo da produção agrícola, o sector agrícola africano continua a enfrentar desafios fundamentais. Embora a produtividade da terra e do trabalho tenha aumentado de forma constante e rápida nas últimas duas décadas, a expansão da terra continua a ser o principal motor do crescimento agrícola. O sector, que depende em grande parte da agricultura de pequena escala, enfrenta problemas como a insegurança da posse da terra, o investimento limitado na saúde dos solos e os elevados níveis de degradação da terra. Embora a agricultura comercial em grande escala esteja a ganhar interesse, a agricultura de pequena escala continua a ser crucial para optimizar a utilização da mão de

obra e da terra, promover um crescimento económico de base ampla e criar riqueza sustentável.

O CAADP tem sido fundamental para ajudar as nações africanas a definir as prioridades nacionais de desenvolvimento agrícola. Apesar destes esforços, o compromisso público de investir na agricultura tem ficado aquém das expectativas e tem sido inadequado. Apenas alguns países estão no bom caminho para atingir o objectivo de afectar anualmente 10% das despesas públicas à agricultura. Os desafios económicos persistem, incluindo a necessidade de aliviar a pobreza através de um crescimento inclusivo e da criação de emprego, em especial através das principais cadeias de valor agrícolas. Para fazer face aos desafios humanos, como a insegurança alimentar e nutricional, é necessário garantir o acesso à terra por parte das mulheres, dos jovens e dos grupos vulneráveis, bem como diversificar as fontes de rendimento. A nível ambiental, a tónica é colocada na promoção da gestão sustentável dos recursos naturais e na adaptação e atenuação das alterações climáticas. Politicamente, a tónica é colocada na prossecução da soberania alimentar e no reforço da posição global de África através do aproveitamento do seu vasto potencial agrícola.

A primeira década do CAADP (2003-2013) apresentou oportunidades e desafios. Do lado positivo, 45 Estados Membros da UA assinaram os Pactos do CAADP, 31 países desenvolveram Planos Nacionais de Investimento Agrícola (PNIA), quatro planos regionais foram finalizados e 28 países concluíram o processo do CAADP e mobilizaram recursos através do GAFSP para implementar os seus PNIA. No entanto, os progressos na implementação foram prejudicados por encargos políticos, restrições de recursos e falta de cooperação intersectorial.

Com base na dinâmica da Declaração de Maputo, a Declaração de Malabo de 2014 renovou o compromisso com o CAADP e estabeleceu objectivos ambiciosos para 2025, incluindo o aumento do financiamento e do investimento na agricultura, a erradicação da fome, a redução para metade das taxas de pobreza, a redução da desnutrição, a triplicação do comércio intra-africano e o reforço da resiliência dos meios de subsistência e dos sistemas de produção. A Declaração de Malabo também enfatizou a responsabilidade através dos FE agrícolas e reconheceu o papel fundamental das infra-estruturas e do desenvolvimento rural na promoção do crescimento.

Embora a agenda do CAADP de Malabo se centre principalmente na agricultura, na pecuária, na silvicultura e nas pescas, também reconhece a importância de sectores conexos como as infra-estruturas e o comércio. No entanto, os recentes choques e factores de tensão, como a pandemia de COVID-19, as guerras e os conflitos no continente, o conflito Rússia-Ucrânia, os impactos negativos das alterações climáticas e a corrupção perturaram significativamente o sector agrícola africano. Estes desafios sublinham a necessidade de uma nova agenda do CAADP para além de 2025 para a transformação dos sistemas agro-alimentares de África.

Em 2024, a Assembleia da União Africana manifestou a sua preocupação com o lento progresso do continente, observando que África não estava no bom caminho para cumprir os objectivos e metas do CAADP de Malabo até 2025. Esta preocupação, juntamente com as ameaças emergentes aos sistemas agro-alimentares africanos, levou ao desenvolvimento de uma agenda pós-Malabo do CAADP que será discutida numa Cimeira Extraordinária em 2025, em Kampala, no Uganda. Esta agenda centrar-se-á na abordagem dos desafios existentes e emergentes para construir sistemas agro-alimentares resilientes e sustentáveis.

A Génesis e a Relevância Contínua do CAADP

Em Julho de 2003, durante a Segunda Sessão Ordinária da Assembleia da UA em Maputo, Moçambique, os Chefes de Estado e de Governo africanos adoptaram a Declaração de Maputo sobre Agricultura e Segurança Alimentar em África (Assembleia/UA/Decl. 7(II)). Esta declaração marcou o lançamento oficial do CAADP. A iniciativa CAADP foi desenvolvida em resposta à baixa produtividade, à insegurança alimentar e ao investimento insuficiente na agricultura africana. Os decisores políticos africanos há muito que reconheceram que, para além de garantir a segurança alimentar, a transformação da agricultura é essencial para o crescimento económico e a redução da pobreza. Este reconhecimento decorre do papel fundamental da agricultura na criação de emprego, na geração de riqueza, na segurança alimentar e nutricional e na resiliência económica. A contribuição substancial da agricultura para as economias africanas e as suas fortes ligações com outros sectores sublinham a sua importância. O CAADP reflecte o reconhecimento colectivo pelos líderes africanos da importância crucial do desenvolvimento agrícola para o progresso económico e social do continente. A Declaração de Maputo instou os Estados Membros da UA a afectarem pelo menos 10% dos seus orçamentos nacionais à agricultura e ao desenvolvimento rural e a atingirem taxas de crescimento da produtividade agrícola de pelo menos 6% ao ano. A Declaração centrou-se em quatro pilares fundamentais: 1) gestão sustentável da terra e da água, 2) acesso ao mercado, 3) alimentação e fome, e 4) investigação agrícola. A Declaração sublinhou os princípios dos processos de desenvolvimento liderados e detidos pelos países e da integração e cooperação regionais.

A Declaração de Maputo colocou a tónica no aumento da produtividade agrícola através do aumento da despesa pública no sector agrícola. A Declaração de Malabo, adoptada em 2014, alargou o quadro do CAADP, reafirmando os princípios e objectivos existentes e introduzindo novos objectivos ambiciosos, incluindo a erradicação da fome e da malnutrição, a triplicação do comércio intra-africano, o aumento da resiliência e o reforço da responsabilização pelas acções e resultados. Ambas as declarações sublinharam a importância de incluir as perspectivas das mulheres, dos jovens e dos grupos vulneráveis nas iniciativas de desenvolvimento agrícola e destacaram a necessidade de integrar práticas inteligentes em termos climáticos.

Nas últimas duas décadas, a agenda do CAADP surgiu como o principal quadro político para a transformação dos sistemas agrícolas africanos. O quadro do CAADP proporcionou uma abordagem abrangente e coordenada, oferecendo orientação e apoio à transformação da agricultura em todo o continente.

Implementação do CAADP e lições aprendidas: 2003-2024

Desde a sua criação, o CAADP tem sido implementado através de vários processos, incluindo o desenvolvimento de planos nacionais de desenvolvimento agrícola, o estabelecimento de pactos regionais do CAADP e a mobilização de recursos para o desenvolvimento agrícola. O quadro elevou significativamente o perfil político da agricultura, resultando num aumento do investimento, numa maior apropriação e liderança africanas e no reconhecimento da agricultura como um veículo para o crescimento económico e a erradicação da pobreza. O CAADP foi também fundamental para promover o planeamento e a aplicação de políticas baseadas em dados concretos e para reforçar a avaliação inclusiva do desempenho. O aumento da participação das partes interessadas, o diálogo e a responsabilização mútua a nível nacional e regional promoveram o alinhamento e a coordenação dos programas de desenvolvimento e das parcerias no domínio da agricultura.

Além disso, a Declaração de Malabo reforçou a integração regional e o comércio, promovendo a Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA) para melhorar o acesso ao mercado e as oportunidades económicas para os agricultores. Incentivou o investimento do sector privado e as parcerias público-privadas para infra-estruturas, criação de emprego e inovação. A Declaração de Malabo introduziu também o processo de revisão bienal (RB) como instrumento de responsabilização mútua pelas acções e resultados. O relatório do CAADP RB é agora o principal documento de referência para todos os interessados em acompanhar os progressos do desenvolvimento agrícola em África. Este mecanismo de controlo e de apresentação de relatórios será prosseguido na agenda do CAADP pós-Malabo.

A fase de Malabo do CAADP exigiu uma abordagem mais ampla, abrangendo sectores conexos necessários ao crescimento agrícola, como as infra-estruturas, o comércio, a energia, o desenvolvimento rural e as tecnologias da informação e da comunicação (TIC). O PNIA continuou a ser o principal veículo de execução dos compromissos de Malabo. A intenção era passar da criação da arquitectura do processo para a concentração na execução, nos resultados e no impacto.

Para manter os progressos realizados no âmbito do Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP), os países africanos devem dar prioridade a várias áreas fundamentais. Em primeiro lugar e acima de tudo, é imperativo assegurar a disponibilidade de recursos financeiros suficientes, juntamente com o desenvolvimento das capacidades técnicas e institucionais necessárias. O reforço da colaboração interministerial é crucial, com as agências do governo central - em particular os ministérios das finanças e do planeamento -

a desempenharem um papel fundamental. Igualmente importante é o envolvimento do sector privado e a capacitação das mulheres, dos grupos vulneráveis e dos jovens na agricultura. Além disso, reafirmar o compromisso de atribuir pelo menos 10% das despesas nacionais à agricultura, melhorando simultaneamente a coordenação a todos os níveis, é essencial para uma implementação eficaz e para a realização dos objectivos e metas do CAADP.

Apesar do desempenho desigual do continente, os dados sobre as tendências do CAADP e as provas empíricas sublinham a importância da implementação do CAADP. Por exemplo, uma análise das principais tendências do CAADP mostra que os países que adoptaram o CAADP e/ou que estão avançados na implementação do CAADP tendem a ter um melhor desempenho do que os países que não adoptaram o quadro ou que não avançaram na sua implementação. Por exemplo, durante o período de aplicação do CAADP (2003-2022), os países que atingiram níveis mais elevados de aplicação do CAADP registaram níveis mais elevados de crescimento anual das despesas públicas agrícolas e do produto interno bruto (PIB) agrícola do que os que não adoptaram o CAADP.

Além disso, a implementação de processos de responsabilização mútua do CAADP, como a análise sectorial conjunta da agricultura (SCA), demonstrou ter um impacto positivo e significativo nas despesas agrícolas do governo. As despesas agrícolas podem aumentar com a participação nas CER, uma vez que o processo CAADP ajuda a reforçar a vontade política de investir e promove a responsabilização e a pressão dos pares no sector e entre os países, o que incentiva o investimento. Os países que implementam os processos de responsabilização mútua do CAADP como as SCA, experimentam um caminho mais rápido para a transformação agrícola e a mudança estrutural. As tendências e evidências empíricas acima demonstram que a implementação do CAADP e seus mecanismos de responsabilização mútua podem levar a melhorias nos resultados desejados e impulsionar a transformação agrícola.

Moldar a Agenda CAADP Pós-Malabo

A agenda CAADP pós-Malabo foi concebida para desenvolver as realizações das fases CAADP de Maputo e Malabo e abraça uma abordagem de sistemas agro-alimentares que permitirá às partes interessadas enfrentar os desafios em toda a cadeia de valor alimentar, alinhando as políticas com objectivos de desenvolvimento mais amplos. Esta abordagem enfatiza a sustentabilidade ambiental para salvaguardar a produção futura de alimentos e combate a desnutrição em todas as suas formas (desnutrição e deficiências de micronutrientes) através da promoção de dietas diversificadas, nutritivas e acessíveis. Também apoia a inclusão económica, beneficiando cerca de 70% da população do continente que depende da agricultura. O reforço do acesso ao mercado e do comércio regional, nomeadamente através da ZCLCA, tem potencial para impulsionar significativamente o comércio agrícola intra-africano até 2035,

aumentando a segurança alimentar e nutricional, promovendo as variedades alimentares locais e reforçando a resiliência.

As tecnologias emergentes desempenham um papel vital na transformação dos sistemas agro-alimentares de África para aumentar a produtividade e a resiliência. Promover o uso das tecnologias existentes, incluindo mecanização, gestão inovadora da água, agricultura digital, inteligência artificial e agricultura climaticamente inteligente, é essencial para impulsionar a transformação em linha com a agenda CAADP pós-Malabo.

A agro-industrialização inclusiva é vital para impulsionar o crescimento económico, a transformação estrutural, a criação de emprego e a prosperidade partilhada. Ao integrar a produção agrícola nas cadeias de abastecimento e na agregação de valor, a agro-industrialização libera o potencial significativo para transformar os sistemas agro-alimentares da África, abordar a insegurança alimentar e a nutrição e reduzir a pobreza. Um forte empenhamento político e acções coordenadas são essenciais para melhorar o desempenho do sector agro-industrial, reduzir a pobreza e alcançar os objectivos de desenvolvimento de África.

O reforço da resiliência é essencial para a adaptação e recuperação de choques, incluindo alterações climáticas, pandemias (incluindo epizootias humanas, zoonoses e animais), conflitos e perturbações económicas. Apesar de alguns progressos, África está a lutar para construir resiliência, com apenas dois países no bom caminho para cumprir os objectivos de reforço da resiliência em 2023. O lento progresso no reforço da resiliência compromete outros objectivos, como erradicar a fome e todas as formas de subnutrição e reduzir a pobreza.

2. Visão, Fundamentação e Princípios para a Estratégia e Plano de Acção da CAADP: 2026-2035

A visão do CAADP é "*Sistemas Agro-alimentares Sustentáveis e Resilientes para uma África Saudável e Próspera*". Esta visão do CAADP é consistente com a Agenda 2063 para "a África que queremos", a Posição Comum Africana sobre Sistemas Alimentares, e foi reiterada na primeira Declaração da Cimeira Africana do Clima de 2023 que informou as contribuições de África para os compromissos da COP28 sobre sistemas alimentares. Diversos intervenientes no sistema alimentar são colectivamente responsáveis pelas acções que ajudarão a concretizar esta visão comum. No contexto da agenda CAADP pós-Malabo, os sistemas agro-alimentares abrangem toda a rede de actividades, processos e actores envolvidos na produção, processamento, distribuição, consumo e descarte de alimentos e produtos agrícolas.

Uma mudança significativa na nova Estratégia e Plano de Acção CAADP (2026-2035) é a passagem de um foco restrito no crescimento liderado pela agricultura para uma abordagem mais ampla dos sistemas agro-alimentares. Esta mudança estratégica é informada pela compreensão da complexa interacção entre agricultura, nutrição, desenvolvimento económico e outros sectores. As políticas

devem ser mais bem integradas para abordar os compromissos e as interligações entre aspectos das práticas sustentáveis, desde a exploração agrícola até à mesa, a complexidade da cadeia de valor, os regimes alimentares e a nutrição, entre outros factores alimentares. A Estratégia e o Plano de Acção do CAADP procuram também reforçar a capacidade institucional, promovendo uma maior transparência, responsabilização e participação inclusiva das partes interessadas na implementação e governação dos sistemas agro-alimentares.

Esta Estratégia e Plano de Acção do CAADP (2026-2035) descreve as vias de transformação do sistema agro-alimentar e propõe acções estratégicas que contribuirão para uma África mais próspera. A Estratégia e o Plano de Acção apela a esforços coordenados, ao aumento dos investimentos e à adopção de práticas inovadoras para alcançar uma transformação sustentável, resiliente e inclusiva dos sistemas agro-alimentares. Procura diversificar as economias, criar milhões de empregos locais, melhorar o acesso a regimes alimentares saudáveis, aumentar os rendimentos, reforçar a coesão social e melhorar a estabilidade socioeconómica, contribuindo para a consolidação da paz e a atenuação dos conflitos a longo prazo. Estes resultados, em última análise, contribuem para melhores meios de subsistência e melhores dietas e nutrição para todos os africanos.

A implementação bem-sucedida da agenda CAADP pós-Malabo requer esforços coordenados de uma série de actores chave, cada um com papéis distintos. Os **governos nacionais** são responsáveis pelo desenvolvimento e aplicação de políticas que criem um ambiente propício à transformação dos sistemas agro-alimentares, incluindo investimentos em infra-estruturas, investigação e serviços de extensão. Devem integrar e reflectir os compromissos da Declaração CAADP de Kampala nas políticas, estratégias e quadros orçamentais nacionais para uma implementação eficaz através dos Planos Nacionais de Investimento em Sistemas Agro-alimentares (PNIA), assegurando a existência de programas e ferramentas adequados; desenvolver políticas abrangentes que promovam o investimento do sector privado na transformação dos sistemas agro-alimentares, assegurando simultaneamente um apoio eficaz do sector público; aumentar os investimentos em infra-estruturas, investigação agrícola e serviços de extensão para acelerar a transformação dos sistemas agro-alimentares; estabelecer sistemas de coordenação eficazes com participação inclusiva na governação dos sistemas agro-alimentares, particularmente para mulheres, jovens e grupos vulneráveis; e garantir a capacidade adequada, designando uma equipa de monitorização e avaliação de vértice, apoiada por sistemas de conhecimento à escala africana, peritos técnicos e plataformas digitais robustas para uma medição eficaz do desempenho e gestão de dados. Os **Organismos Regionais**, como as entidades da União Africana (CUA e AUD-NEPAD) e as Comunidades Económicas Regionais (CER), desempenham um papel crucial na facilitação da colaboração transfronteiriça, na harmonização de políticas e na monitorização do progresso em direcção aos objectivos da agenda. A CUA e a AUD-NEPAD deverão apoiar os Estados-Membros e as CER da UA na integração dos compromissos da

Declaração CAADP de Kampala nos Planos de Investimento para os Sistemas Agro-alimentares Nacionais e Regionais (PNIA e PRIA); facilitar a colaboração regional, a integração económica e a harmonização das políticas entre os Estados-Membros para impulsionar o comércio intra-africano; criar um conselho consultivo liderado pelo sector privado para reforçar a participação do sector privado; conduzir um Processo de Revisão Agrícola bienal a partir de 2027 e relatar o progresso à Assembleia da UA durante a sua Sessão Ordinária de Janeiro/Fevereiro a partir de 2028; e melhorar a utilização dos resultados do relatório de revisão bienal do CAADP para informar o planejamento e a tomada de decisões em níveis nacional, regional e continental. Agricultores, produtores rurais e agro-indústrias são fundamentais para adoptar práticas e tecnologias inovadoras para aumentar a produtividade, sustentabilidade e resiliência agrícola, ao mesmo tempo em que investem em inovações de produção e competitividade de custos para capturar uma parcela maior dos mercados domésticos e regionais. Os parceiros de desenvolvimento e as organizações internacionais prestam assistência técnica, financiamento e apoio ao desenvolvimento de capacidades para acelerar a implementação da agenda, alinhando o seu apoio técnico e financeiro com as prioridades continentais, ajudando a CUA, AUDA-NEPAD e as comunidades económicas regionais na prestação do apoio necessário aos Estados-Membros para integrarem a declaração CAADP de Kampala nos PNIA/PRIA, e melhorando os sistemas de dados e os esforços de responsabilização mútua a nível continental, a nível regional e nacional. Organizações da sociedade civil e grupos comunitários defendem o desenvolvimento inclusivo, garantindo que as vozes das populações marginalizadas, incluindo mulheres e jovens, sejam representadas nos processos de tomada de decisão. Além disso, devem defender a criação de um quadro específico para supervisionar os Planos de Investimento em Sistemas Agro-alimentares Nacionais e Regionais (PNIA/PRIA) assegurar a transparência e a responsabilização na sua implementação, defender a afectação de recursos para aumentar as oportunidades de financiamento para o desenvolvimento dos sistemas agro-alimentares e promover práticas agrícolas sustentáveis e equitativas na transformação dos sistemas agro-alimentares. Os parlamentares apropriam-se dos investimentos do sector público e monitorizam para garantir uma utilização eficiente das despesas públicas nos sistemas agro-alimentares a nível nacional e regional. Por último, os intervenientes do sector privado contribuem através de investimentos em tecnologia, inovação, desenvolvimento do mercado e integração da cadeia de valor para impulsionar a transformação dos sistemas agro-alimentares, ao mesmo tempo que aumentam os investimentos em cadeias de valor sustentáveis para impulsionar a produção de alimentos, a industrialização agro-alimentar e o comércio agro-alimentar. Juntos, esses actores formam uma rede colaborativa essencial para alcançar os objectivos transformadores da agenda CAADP pós-Malabo.

Princípios Orientadores do CAADP

Esta Estratégia e Plano de Acção reitera e mantém os valores e princípios tradicionais do CAADP. A Declaração de Kampala proporciona uma base sólida para a implementação e adesão a esses princípios.

Apropriação e liderança: Este princípio enfatiza a importância da liderança nacional, regional e local, que são fundamentais para alcançar legitimidade e responsabilização. Isto significa que o quadro CAADP deve ser domesticado nos planos nacionais de desenvolvimento agrícola e legislado para facilitar a apropriação nos orçamentos nacionais e subnacionais. Os governos nacionais devem assumir a liderança na mobilização de investimentos públicos, privados, de desenvolvimento e estrangeiros directos, incluindo remessas.

Perspectiva holística e integrada para a transformação dos sistemas agro-alimentares: Um princípio fundamental da abordagem dos sistemas agro-alimentares é a sua perspectiva holística do desenvolvimento, garantindo interligações entre os esforços de desenvolvimento agrícola para melhorar as sinergias para a transformação. Ao contrário do foco tradicional no aumento da produtividade agrícola para poucas mercadorias, esta abordagem integra e alinha diferentes áreas temáticas e políticas de sistemas agro-alimentares inteiros, desde a produção, processamento, distribuição e armazenamento, até o consumo, e também abrangendo sustentabilidade e gestão de resíduos. Os países geralmente têm diferentes programas/iniciativas de desenvolvimento agrícola que lidam com diferentes subsectores ou zonas ecológicas subnacionais. Numa abordagem de sistemas alimentares, o CAADP a nível nacional deve reunir-los para promover a coerência e a transformação colectivas positiva.

Sustentabilidade: como princípio orientador, a sustentabilidade enfatiza a necessidade de práticas que sejam social, económica, cultural e ambientalmente sustentáveis. Para tornar este princípio vinculativo, devem ser incorporados critérios de sustentabilidade nas políticas e regulamentações. Por exemplo, as políticas poderiam exigir avaliações de impacto ambiental, considerações de equidade social e análises de viabilidade económica para todos os projectos e iniciativas agro-alimentares.

Inclusão: A inclusão económica e social - incluindo mulheres, jovens e comunidades vulneráveis, como pescadores e pastores - é uma componente vital da abordagem dos sistemas agro-alimentares. A inclusão nos processos de planejamento e implementação traz perspectivas diversas e forja a colaboração entre diferentes sectores e grupos de accionistas.

Coordenação e colaboração multilateral: Sistemas fracos de colaboração e coordenação têm dificultado a implementação da agenda CAADP de Malabo. Como princípio, o CAADP continuará a estabelecer sistemas e processos para melhorar uma maior cooperação, colaboração e coordenação entre os diversos intervenientes. Neste contexto, serão utilizadas plataformas multilaterais (PM).

Tomada de decisão baseada em evidências: A estrutura CAADP defende e promove o uso de dados e evidências confiáveis na formulação e implementação de políticas e estratégias agrícolas prioritárias. Um maior apoio para construir sistemas de dados nacionais mais fortes e institucionalizar o processo CAADP RB fortalecerá o uso de evidências na formulação de políticas.

Responsabilização mútua e transparência: O CAADP sublinhou a importância da responsabilização mútua entre todas as partes interessadas. Este compromisso com a transparência e a responsabilização vai além do Mecanismo Africano de Avaliação pelos Pares, com o *Africa Agriculture Transformation Scorecard* e o Malabo CAADP RB Dashboard a servirem como instrumentos-chave para facilitar o mecanismo de revisão pelos pares consagrado nos princípios e valores da UA. Os relatórios do CAADP RB reflectem a necessidade de construir e fortalecer mecanismos e plataformas para responsabilização mútua e revisão por pares em nível nacional. Este elemento de revisão e responsabilização será uma dimensão fundamental da implementação da Declaração de Kampala.

Subsidiariedade e aproveitamento das complementaridades regionais: o CAADP salienta a necessidade de mobilizar o apoio regional, observando que as intervenções a nível nacional serão, por si só, insuficientes. O CAADP reconhece que há questões que transcendem as fronteiras nacionais e exigem intervenções para além de um país. O papel das Comunidades Económicas Regionais (CER) continua a ser o mais crítico a este respeito. Portanto, a agenda CAADP pós-Malabo reconhece a importância da cooperação de países múltiplos, do desenvolvimento da cadeia de valor regional, da infra-estrutura transfronteiriça e dos mecanismos sustentáveis de pagamento e liquidação para aproveitar as complementaridades e a harmonia regionais. A nível continental, a CUA e a AUDANEPAD desempenharão um papel crítico de coordenação, reforço das capacidades e partilha das melhores práticas entre países e regiões, tirando partido dos pontos fortes e complementaridades regionais.

Abraçar o avanço tecnológico: este princípio centra-se na transformação dos sistemas agro-alimentares de África através de inovações como a agricultura de precisão, ferramentas digitais, IA e biotecnologia. Essas tecnologias melhoram a produtividade, a eficiência e a resiliência climática, ao mesmo tempo em que promovem o crescimento inclusivo, beneficiando pequenos agricultores, mulheres e jovens. Ao melhorar a gestão dos recursos e o acesso ao mercado, a tecnologia é vital para construir sistemas agro-alimentares sustentáveis e dar resposta às necessidades de segurança alimentar de África.

Para implementar com sucesso os princípios orientadores da Agenda pós-Malabo (2026-2035), é essencial estabelecer mecanismos que tornem esses princípios vinculativos a nível nacional, regional e local. Os princípios vinculativos garantem que todas as partes interessadas permaneçam comprometidas com a agenda transformadora estabelecida pelo Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP), promovendo a responsabilização, a sustentabilidade e a inclusão no desenvolvimento dos sistemas agro-alimentares de África.

Perspectiva holística e integrada: A transformação dos sistemas agro-alimentares pode tornar-se vinculativa através da criação de mecanismos de coordenação intersectorial, tais como comités interministeriais. A legislação que impõe um planeamento integrado, incluindo considerações tecnológicas, promoveria uma estratégia coesa em todos os sectores.

3. Tendências e factores que moldarão os sistemas agro-alimentares de África nos próximos dez anos

Os sistemas agro-alimentares de África estão a sofrer mudanças transformadoras influenciadas por numerosos factores económicos, demográficos, ambientais, climáticos e tecnológicos. Ao longo da próxima década, a compreensão destas dinâmicas é fundamental para as partes interessadas que pretendem moldar a paisagem agro-alimentar de África para garantir a segurança alimentar e nutricional, impulsionar o crescimento económico e melhorar os meios de subsistência em todo o continente. As principais tendências e drivers são apresentados nesta secção.

Urbanização e mudança nos padrões de consumo

O continente está a urbanizar-se rapidamente e, como resultado, os hábitos de consumo alimentar estão a mudar. Estilos de vida urbanos que priorizam a eficiência do tempo resultaram em um aumento no consumo de refeições prontas para consumo e alimentos preparados fora de casa (Reardon et al., 2021).

O emergente sector da transformação tornou-se a principal ponte entre os pequenos agricultores e os mercados nacionais e regionais em crescimento. Como resultado, o alongamento das cadeias de valor agro-alimentar aumentou a sua complexidade, o que exige políticas mais granulares no futuro (Badiane et al., 2022).

Crescimento económico e aumento dos rendimentos

O crescimento económico sustentado em muitos países africanos ajudou a criar uma classe média em expansão com mais rendimento disponível. Esse aumento económico está impulsionando a demanda por produtos alimentícios diversificados e de alta qualidade, incluindo carne, peixe e produtos de peixe, lacticínios e alimentos processados. Estas mudanças, que se espera continuem a aumentar na próxima década, influenciam tanto os padrões de produção como de consumo no sector agro-alimentar.

Aumento da população

As projecções indicam que a população africana duplicará até 2050, atingindo aproximadamente 2,5 mil milhões de pessoas. Este crescimento explosivo aumentará a procura de alimentos, apresentando desafios e oportunidades. Atender a essa demanda exigirá avanços significativos na produtividade agrícola, eficiência e mudança no processamento de alimentos para corresponder aos padrões de consumo.

Inovações Tecnológicas

Os avanços tecnológicos irão revolucionar os sistemas agro-alimentares africanos. Inovações como a agricultura digital, a biotecnologia, um sistema de alerta precoce inovador e plataformas digitais para questões de produção e saúde e a agricultura de precisão podem aumentar a produtividade, a sustentabilidade e a inclusão. A adopção generalizada de telemóveis, dinheiro móvel e ferramentas digitais está a acelerar o acesso à informação, aos serviços financeiros e aos mercados para os agricultores, impulsionando assim o crescimento e a transformação agrícolas.

Alterações Climáticas, Sustentabilidade Ambiental e Estabilidade Social

As alterações climáticas constituem uma ameaça formidável para a produtividade agrícola. Variações na precipitação, aumento das temperaturas e eventos climáticos extremos afectam negativamente a produtividade das culturas e a segurança alimentar. A implementação de práticas sustentáveis de gestão da terra e agricultura climaticamente inteligente é vital para mitigar esses desafios (Mechiche-Alami e Abdi, 2020). Além disso, é crucial garantir a estabilidade social e ambiental, abordando factores como a migração devido a conflitos (ONUAA, 2018; Banco Mundial, 2020). África é actualmente a região mais afectada pelo clima, mas é também a região que tem as maiores disparidades de produtividade agrícola para colmatar. Tal oferece uma oportunidade para abordar ambas as questões em simultâneo com inovações e tecnologias emergentes inteligentes do ponto de vista climático. Deve ser considerada a utilização preventiva da ciência nuclear para reforçar a resiliência da agricultura através de técnicas como a criação de mutações vegetais, a hidrologia isotópica e o controlo de pragas.

Embora os factores acima sejam cruciais, outras tendências e factores emergentes, conforme descrito abaixo, também merecem atenção.

Dinâmicas de género na agricultura: Há um reconhecimento crescente e um apelo a um maior apoio ao envolvimento das mulheres na agricultura. A capacitação das mulheres na agricultura pode ajudar a transformar os sistemas agro-alimentares de África. As mulheres constituem uma parcela significativa da força de trabalho agrícola em muitos países africanos, mas muitas vezes enfrentam barreiras para acessar recursos como terra, crédito e insumos agrícolas. A eliminação destas disparidades entre homens e mulheres pode conduzir a ganhos substanciais de produtividade e segurança alimentar. Além disso, aumentar a participação das mulheres nas cadeias de valor agrícolas não só melhora a nutrição doméstica, mas também fortalece a resiliência da

comunidade e o desenvolvimento económico. A capacitação das mulheres nos sistemas agro-alimentares também garante que podem melhorar a sua independência e autonomia económicas, conduzindo a uma vida melhor para si próprias, para as suas famílias e comunidades. As políticas e intervenções sensíveis às questões de género que apoiam as mulheres agricultoras são, por conseguinte, essenciais para a transformação global do sector agro-alimentar africano.

Envolvimento dos jovens: África tem uma grande população jovem que continua a crescer. Este rico capital jovem apresenta uma oportunidade significativa para o crescimento, inovação e sustentabilidade dos sistemas agrícolas e alimentares. Envolver os jovens na agricultura é vital para o futuro do sector, em parte porque os jovens podem impulsionar a adopção de novas tecnologias, técnicas agrícolas modernas e modelos de negócios inovadores. Com treinamento, orientação e acesso a recursos como terra e finanças, os jovens podem se tornar agentes de mudança fundamentais na transformação das práticas agrícolas tradicionais. A participação dos jovens na agricultura também ajuda a resolver as questões do desemprego e da migração rural-urbana, criando oportunidades de emprego significativas no sector. Além disso, os jovens podem injectar novas ideias e energia nas cadeias de valor agrícolas, promovendo a sustentabilidade e o crescimento a longo prazo. Incentivar a participação dos jovens na agricultura é, portanto, um motor crítico da transformação do sistema agro-alimentar em África.

Políticas comerciais e integração regional: As políticas comerciais e a integração regional, especialmente através da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA), são cruciais para transformar os sistemas agro-alimentares africanos. A ZCLCA promove o comércio intra-africano através da redução de tarifas, da remoção de barreiras comerciais e da harmonização de normas, melhorando assim o acesso ao mercado de produtos agrícolas em todo o continente. Ao promover laços económicos mais fortes entre as nações africanas, a ZCLCA ajuda a criar sistemas alimentares mais resilientes que são menos susceptíveis a choques externos e à volatilidade dos preços. A harmonização das políticas e normas comerciais no âmbito da ZCLCA facilita a circulação transfronteiriça de mercadorias, reduzindo os custos e aumentando a disponibilidade de diversos produtos alimentares. Além disso, a integração impulsionada pela ZCLCA atrai investimentos em infra-estruturas agrícolas e transformação de valor acrescentado, que são vitais para impulsionar a competitividade da agricultura africana. O apoio a estas políticas é essencial para fazer avançar a transformação dos sistemas agro-alimentares africanos, promover o crescimento sustentável e garantir a segurança alimentar e nutricional em todo o continente.

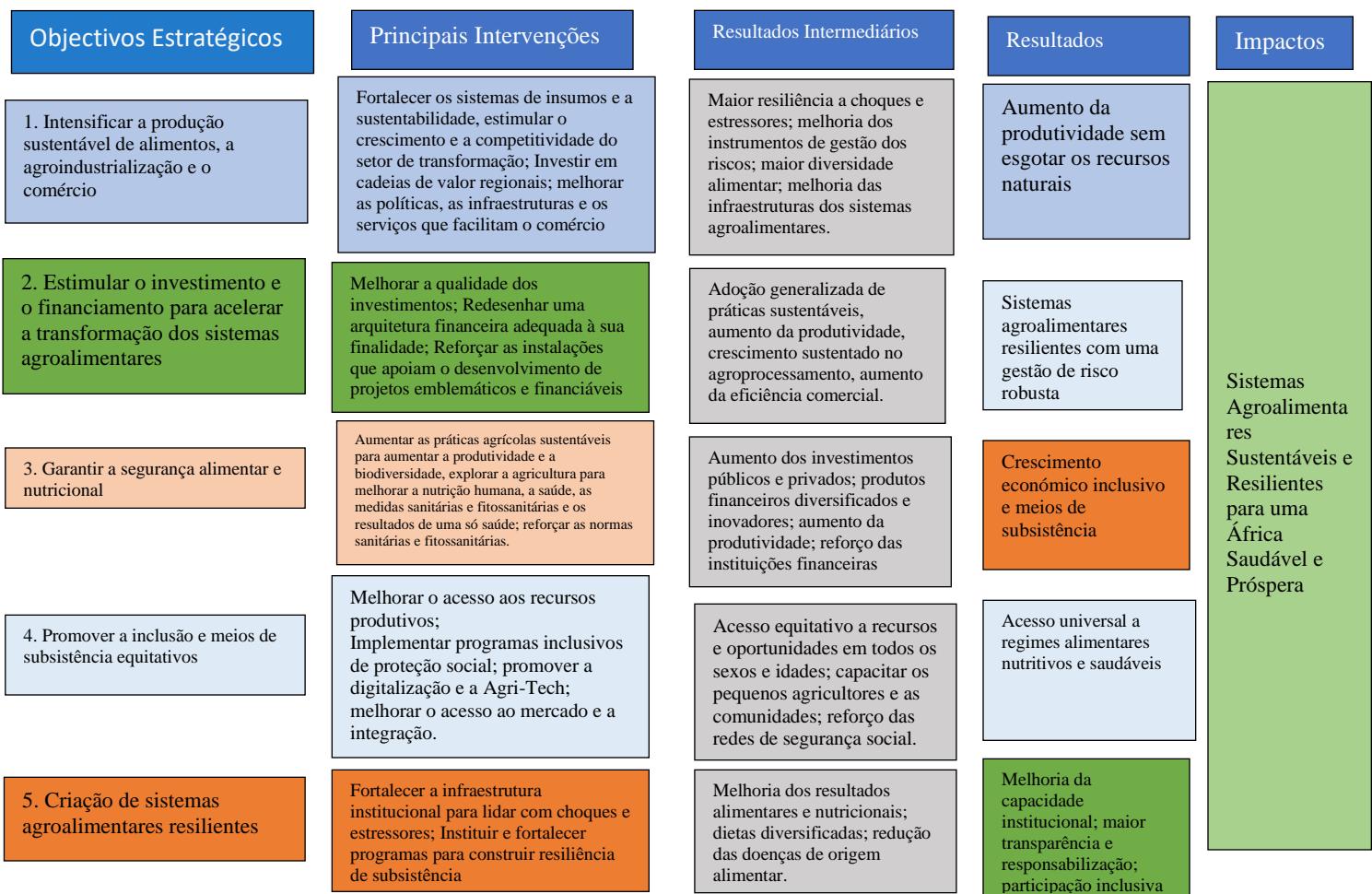
Transição nutricional e dieta: À medida que a renda na África aumenta e a urbanização avança, a demanda por alimentos processados, incluindo carne e lacticínios, está aumentando. Embora exista uma correlação entre o consumo de carne gorda e o desenvolvimento de doenças cardiovasculares, a investigação

actual indica que os riscos estão mais associados aos tipos de gorduras consumidas do que à própria carne e lacticínios, que são essenciais para melhorar a nutrição infantil. O processamento de alimentos é um componente vital para garantir a segurança alimentar, prolongar a vida útil, reduzir a perda e o desperdício de alimentos e preservar nutrientes que são essenciais para manter os meios de subsistência. É crucial diferenciar as várias formas de tratamento. Embora os alimentos ultra-processados possam ser nutricionalmente inadequados devido à perda de nutrientes essenciais e à inclusão de aditivos potencialmente nocivos, nem todos os alimentos processados são inherentemente prejudiciais à saúde. A transição nutricional na África reflecte uma mudança de dietas tradicionais minimamente processadas para aquelas que são ricas em alimentos ultra-processados que são ricos em gordura saturada, sódio, açúcar e carboidratos refinados. Essa mudança, em conjunto com o aumento do sedentarismo, contribui para a tripla carga de desnutrição, que engloba subnutrição, sobrepeso e obesidade, bem como doenças não transmissíveis (DNT) relacionadas.

Gestão sustentável da água: A gestão sustentável da água é um motor crítico da transformação agrícola em África, especialmente em regiões que enfrentam escassez de água. Práticas eficientes de gestão da água, como a adopção da irrigação por gotejamento, a captação de água da chuva e a reciclagem da água, são essenciais para manter a produtividade agrícola diante das mudanças climáticas e do crescimento populacional. O acesso a recursos hídricos fiáveis e suficientes é um factor determinante do rendimento das culturas e da segurança alimentar e nutricional. Além disso, a gestão sustentável dos recursos hídricos pode ajudar a prevenir a degradação dos solos e assegurar a viabilidade a longo prazo das terras agrícolas. Os formuladores de políticas e as partes interessadas devem priorizar investimentos em infra-estrutura hídrica, pesquisa e capacitação para promover a adopção de práticas sustentáveis. Ao assegurar uma utilização sustentável dos recursos hídricos, África pode aumentar a resiliência agrícola e apoiar o crescimento, a fiabilidade e a sustentabilidade dos seus sistemas agro-alimentares.

4. Objectivos estratégicos, intervenções prioritárias, realizações e resultados

Para concretizar a ambiciosa visão e objectivos do continente, esta estratégia e plano de acção segue os caminhos de mudança do CAADP (Figura 1), que descrevem a lógica que liga os principais objectivos estratégicos, as principais intervenções estratégicas associadas e os resultados e impactos esperados.



6. REFORCAR A GOVERNACÃO DOS SISTEMAS AGROALIMENTARES

| | | |
|---|---|--|
| 6.1. Liderança e apropriação Principais intervenções: Integrar a Agenda PIDAA Kampala nos Planos de Desenvolvimento Nacional e Regional (PND); melhorar a mobilização de recursos; racionalizar a participação da sociedade civil, dos agricultores e das organizações do setor privado; reforçar o controlo parlamentar. | 6.2. Coerência das políticas e da governação Principais intervenções: racionalizar o alinhamento das políticas entre setores a todos os níveis; reforçar a descentralização da implementação do PIDAA; reforçar a governação local; reforçar as capacidades institucionais. | 6.3. Responsabilidade mútua e baseada em dados concretos Principais intervenções: Estabelecer um sistema robusto de apoio ao conhecimento dos sistemas agroalimentares; promover mecanismos que garantam a responsabilização de todas as partes interessadas; institucionalizar as Revisões Conjuntas do Setor Agrícola (JSR). |
|---|---|--|

Figura 1: Vias CAADP para a transformação de sistemas agro-alimentares

Objectivo Estratégico 1: Intensificar a produção sustentável de alimentos, a agro-industrialização e o comércio.

Este objectivo estratégico visa contribuir para a transformação dos sistemas agro-alimentares através da produção sustentável de produtos agrícolas para consumo, agregação de valor e comércio (dentro dos países, no continente e além). Visa igualmente contribuir para a segurança alimentar e nutricional, promover o crescimento económico, criar riqueza e emprego, garantir a sustentabilidade ambiental e atenuar o impacto de outros choques.

A meta para este objectivo estratégico é aumentar a produção agro-alimentar em 45% até ao final de 2035 através da adopção de práticas agrícolas sustentáveis para satisfazer as crescentes necessidades alimentares de África e as oportunidades de comércio global, reduzir as perdas pós-colheita em 50%, triplicar o comércio intra-africano de produtos e factores de produção agro-alimentares até 2035, em consonância com a ZCLCA, e aumentar a percentagem de alimentos transformados localmente para 35 % do PIB agro-alimentar até 2035.

O objectivo não só aumentará a produtividade, como também assegurará que este crescimento seja sustentável do ponto de vista ambiental. A estratégia enfatiza a necessidade de fortalecer os sistemas de insumos agrícolas, incluindo melhor acesso a sementes de qualidade, ração, forragem, serviços de polinização, fertilizantes, água e tecnologia. Apela também ao estímulo ao crescimento da agro-industrialização, aumentando a competitividade e a sustentabilidade do sector. Os investimentos em cadeias de valor regionais e melhorias nas políticas comerciais, infra-estruturas e serviços são essenciais para ligar os agricultores africanos a mercados mais amplos, aumentando assim as oportunidades económicas e a segurança alimentar e nutricional.

As intervenções necessárias para atingir este objectivo dão resposta aos principais desafios associados à baixa produção e produtividade alimentar, melhorando o acesso a factores de produção e tecnologias de elevada qualidade. Os desafios associados à competitividade e sustentabilidade do sector agro-alimentar serão enfrentados através da integração dos pequenos agricultores, das mulheres e dos jovens nas cadeias de valor e nos mercados regionais, bem como do desenvolvimento das suas competências empresariais enquanto PME para estimular a agro-industrialização. O reforço do comércio intra-africano implicará investimentos em cadeias de valor regionais e melhorias nas políticas comerciais, nas infra-estruturas e nos serviços. Para atingir este objectivo, serão realizadas as seguintes intervenções estratégicas:

Produção Sustentável de Alimentos

- 1. Fortalecer e garantir sistemas de entrada funcionais (sistemas de sementes, fertilizantes, água, serviços de extensão).** Os principais domínios de acção incluem:

- Aumentar os investimentos em investigação agrícola e desenvolvimento tecnológico
- Desenvolver parcerias funcionais entre desenvolvedores de tecnologia e usuários
- Estabelecer serviços de pesquisa e extensão agritech liderados por agricultores com mecanismos de feedback eficazes para impulsionar a inovação e atender às demandas do mercado
- Apoiar a formulação e adopção de legislação nacional para tecnologias emergentes e sua utilização
- Disponibilizar ferramentas digitais de tomada de decisão a todos os intervenientes no sistema agro-alimentar, desde os agricultores aos consumidores
- Aumentar a disponibilidade, acessibilidade e qualidade dos insumos agrícolas
- Melhorar os incentivos aos produtores para a adopção de tecnologias
- Modernizar e revitalizar serviços de extensão agrícola em escala usando tecnologias digitais, sensoriamento remoto e IA
- Reforçar a cooperação regional e a harmonização e alinhamento das políticas
- Aumentar o envolvimento em sistemas de entrada por mulheres e jovens como actores chave nas cadeias de fornecimento de insumos
- Abordar questões de desenvolvimento rural, promovendo sistemas de sementes geridos pelo agricultor e sementes autóctones resilientes ao clima, e enfatizando a economia circular dentro do processo CAADP.

2. Reforçar a adopção de práticas agrícolas sustentáveis. Os principais domínios de acção incluem:

- Implementar agricultura de conservação
- Implementar o manejo integrado de pragas que aumenta a produtividade e a gestão ambiental
- Promover ferramentas e práticas que integrem os ecossistemas naturais com a agricultura para apoiar a biodiversidade e a resiliência dos ecossistemas
- Aumentar o acesso e a utilização de ferramentas e abordagens digitais que melhorem a eficiência em todos os sistemas agro-alimentares
- Aumentar a adopção de soluções inteligentes de gestão agrícola da água que garantam o uso eficiente e equitativo dos recursos hídricos do continente
- Abordar as barreiras ao acesso à tecnologia por mulheres e jovens
- Abordar a questão crítica das perdas pós-colheita em culturas e produtos animais, ao mesmo tempo que desenvolve instalações de processamento e armazenamento caseiras para melhor apoiar os pequenos agricultores

- Definir princípios orientadores para práticas agrícolas sustentáveis, incorporando uma agricultura inteligente em termos climáticos, e abordar explicitamente a economia circular para promover a utilização sustentável dos recursos e a gestão de resíduos

3. 3. Criar um ambiente político e regulamentar propício às tecnologias emergentes, à biotecnologia, à inteligência artificial, à digitalização e ao desenvolvimento da agricultura de precisão. Os principais domínios de acção incluem:

- Investir no reforço de competências e infra-estruturas técnicas
- Facilitar o intercâmbio de conhecimentos e boas práticas
- Construir estruturas que facilitem a adopção, o intercâmbio de conhecimentos e a partilha de boas práticas ao longo da cadeia de valor por todos, incluindo mulheres e jovens
- Fornecer apoio político e financeiro a estas tecnologias emergentes
- Apoiar a formulação e adopção de legislação nacional e regional para tecnologias emergentes e seu uso

Agro-Industrialização

4. Estimular o crescimento, a competitividade e a sustentabilidade das empresas agro-industriais, com especial incidência nas pequenas e médias empresas (PME). Os principais domínios de acção incluem:

- Criar um ambiente propício que garanta um acesso fiável às matérias-primas
- Melhorar os serviços de energia e infra-estrutura que permitem que as PMEs de agro processamento prosperem
- Construir infra-estrutura institucional para desenvolvimento de competências e inovações tecnológicas
- Promover instrumentos inovadores de financiamento e gestão de riscos para as PME
- Enfrentar a proliferação da certificação privada de segurança alimentar e analisar as mega tendências e contrapartidas comerciais, reconhecendo os desafios dos parques agro-industriais para os pequenos agricultores.
- Defender feiras comerciais na África, melhorar a comunicação para vendas locais
- Desenvolver a capacidade empreendedora das PME lideradas por mulheres e jovens
- Apoiar parcerias e acções colectivas entre os intervenientes no sistema agro-alimentar
- Construir estruturas que desenvolvam tecnologias e facilitem a adopção, troca de conhecimento e compartilhamento de melhores práticas em toda a cadeia de valor

5. Integrar os pequenos agricultores, as mulheres e os jovens nas cadeias de valor e nos mercados regionais. Os principais domínios de acção incluem:

- Investir no Ensino Técnico e Profissional (ETP) para capacitar os jovens rurais e as mulheres agricultoras com competências práticas e recursos de arranque para entrar na força de trabalho agrícola.
- Implementar programas que apoiem a integração, incluindo aqueles focados na melhoria de competências técnicas e vocacionais e na criação de centros de incubação e aceleradores
- Alavancar tecnologias digitais que ajudam a melhorar a conexão dos pequenos agricultores com as PMEs nos sectores de processamento emergentes
- Melhorar as habilidades e a capacidade de engajamento das mulheres e jovens no agro-negócio
- Abordar as barreiras à participação igualitária de mulheres e jovens no agro-negócio

5. Desenvolver e integrar cadeias de valor para estimular a agregação de valor ao longo de cadeias de valor inteiras. Os principais domínios de acção incluem:

- Promover uma abordagem da cadeia de valor a nível nacional
- Construir sinergias agro-industriais entre países e entre indústrias para promover a interdependência mútua entre as economias africanas
- Facilitar a geminação de PME com empresas de maior dimensão para fornecimentos intermédios de factores de produção e transferência de tecnologia e competências
- Adoptar políticas afirmativas de compras e comércio que integrem mulheres e jovens nos mercados locais, nacionais, regionais e internacionais
- Estimular mercados e adoptar práticas de desenvolvimento de mercado que aumentem a 7. Reforçar o cumprimento dos requisitos de sustentabilidade. Os principais domínios de acção incluem:
 - Implementar programas de apoio ao crescimento de empresas e empreendedores, com foco nas PMEs
 - Implementar programas que apoiem empresas lideradas por mulheres e jovens a cumprir requisitos de sustentabilidade obrigatórios e voluntários

Melhoria do comércio

6. Reforçar o acesso ao mercado e a facilitação do comércio. Os principais domínios de acção incluem:

- Reformar políticas e medidas regulatórias que restringem o acesso aos mercados doméstico, regional e internacional

- Reduzir as barreiras pautais e não pautais que impedem o comércio regional e intra-africano
- Desenvolver programas que levem à plena ratificação e implementação da ZCLCA nos sectores agrícola e alimentar
- Desenvolver e implementar políticas que promovam o comércio intra-africano e produtos e serviços agro-alimentares com inclusão de mulheres e protocolos comerciais juvenis aceitação de produtos produzidos localmente
- Desenvolver modelos que promovam a colaboração entre pequenos agricultores e pequenas e médias empresas (PME) para garantir benefícios inclusivos do comércio e um melhor acesso ao mercado.
- Integrar medidas e dados sanitários e fitossanitários (SF) nas políticas comerciais regionais, particularmente no âmbito da ZCLCA, para melhorar o alinhamento e facilitar práticas comerciais mais suaves

7. Investir em cadeias de valor regionais, cestas básicas e corredores comerciais. Os principais domínios de acção incluem:

- Investir e implementar políticas, infra-estruturas e serviços facilitadores do comércio (energia, estradas, ferrovias, portos, comunicação, garantia de qualidade, parques agrícolas) para conectar o excedente alimentar a áreas deficitárias
- Implementar as actividades descritas no programa AU parques agrícolas Comuns de África
- Melhorar o acesso dos jovens e das mulheres aos mercados intra-regionais no contexto da ZCLCA
- Fortalecer as cooperativas de mulheres e jovens ao longo das cadeias de valor
- Estabelecer programas abrangentes de treinamento e certificação em facilitação de comércio e profissões relacionadas que tenham como alvo mulheres e jovens

Principais resultados

A implementação das estratégias delineadas produzirá vários resultados fundamentais, incluindo estruturas, políticas, planos, programas e regulamentos em todos os níveis (local, nacional, regional e continental) que são desenvolvidos ou melhorados e implementados em áreas relacionadas à geração e adopção de tecnologia, produção de alimentos, agro-industrialização e comércio. Outros resultados incluem os investimentos realizados, as infra-estruturas e os serviços desenvolvidos ou melhorados, as tecnologias e ferramentas geradas ou disponibilizadas, as parcerias criadas, a melhoria do acesso aos recursos, a eliminação dos obstáculos ao comércio e o desenvolvimento das competências e capacidades. Os resultados serão diferenciados entre sectores e subsectores do sistema agro-alimentar, ao longo das cadeias de valor e entre diferentes partes interessadas, incluindo pequenos agricultores, mulheres e jovens e PME.

Resultados Intermediários

Os resultados contribuirão para vários resultados intermédios, incluindo melhorias na disponibilidade e qualidade dos factores de produção agrícola, juntamente com práticas agronómicas melhoradas apoiadas por serviços de extensão eficazes para aumentar a produtividade dos agricultores e reduzir o impacto ambiental. O reforço da cooperação regional e do alinhamento político cultivará um ambiente mais favorável à transformação dos sistemas agro-alimentares. Além disso, o maior acesso a ferramentas digitais, tecnologias emergentes e agricultura de precisão – facilitado por parcerias público-privadas mais robustas – impulsionará a produtividade e a competitividade do sistema agro-alimentar. A capacidade das PME, em especial as lideradas por mulheres e jovens, será apoiada através de um maior acesso ao financiamento e de uma qualidade superior dos produtos. Em última análise, mercados de exportação expandidos e diversificados, preços de alimentos estabilizados e sistemas robustos de informação de mercado, juntamente com investimentos estratégicos em infra-estrutura, reforçarão esses resultados.

Objectivo Estratégico 2: Impulsionar o Investimento e o Financiamento para a Transformação Acelerada dos Sistemas Agro-alimentares

Aumentar o investimento e o financiamento é um objectivo estratégico crítico para alcançar uma transformação sustentável do sistema agro-alimentar na Estratégia e no Plano de Acção do CAADP. A meta de afectar 10 por cento da despesa pública total à agricultura (Declarações de Maputo de 2003 e de Malabo de 2014), que apenas alguns países alcançaram, parece ter distraído o discurso sobre os investimentos e mecanismos de financiamento necessários para reduzir o risco do sector e catalisar os investimentos e financiamentos do sector privado. Com o foco da Declaração CAADP de Kampala nos sistemas agro-alimentares, todas as fontes de investimento e financiamento – sector público (assistência ao desenvolvimento interno e externo) e sector privado (nacional e estrangeiro) — deve ser considerado.

A meta para este objectivo estratégico é mobilizar um total de 100 mil milhões de dólares em investimento público e privado nos sistemas agro-alimentares africanos até 2035, assegurando simultaneamente que pelo menos 10% da despesa pública anual seja atribuída aos sistemas agro-alimentares e que pelo menos 15% do PIB agro-alimentar seja reinvestido anualmente no sector.

A estratégia ressalta a importância de melhorar a qualidade do investimento para garantir que os fundos sejam usados de forma eficiente e alocados em projectos e programas sustentáveis e impactantes. Para tal, é necessário reformular a arquitectura financeira para melhor satisfazer as necessidades dos sistemas agro-alimentares e reforçar as facilidades que apoiam o desenvolvimento de iniciativas emblemáticas e projectos financiáveis. Além disso, deve incluir oportunidades

especiais de financiamento para apoiar o empreendedorismo nos sistemas agro-alimentares, em especial para os jovens e as mulheres. Espera-se que esses esforços aumentem a produtividade e atraiam o investimento do sector privado, contribuindo para o crescimento económico a longo prazo. Para atingir este objectivo, serão realizadas as seguintes intervenções estratégicas:

1. Melhorar a qualidade dos investimentos dos sectores público e privado. Os principais domínios de acção incluem:

- Estabelecer parcerias público-privadas eficazes para investimentos sectoriais
- Redireccionar o apoio ao produtor para áreas com resultados mais rentáveis
- Promover alternativas ao investimento e financiamento tradicionais, tais como proporcionar acesso à terra a jovens e mulheres, ao mesmo tempo que cria um fundo de investimento em sistemas alimentares à escala africana para apoiar iniciativas agrícolas sustentáveis
- Desenvolver estratégias para melhorar o ambiente político para a agricultura, incluindo o aumento da troca de dívida por clima
- Delinear as responsabilidades do governo na criação de um ambiente propício para o investimento do sector privado, garantindo que as estratégias equilibrem adequadamente os interesses públicos e privados
- Especificar áreas críticas de investimento, como acesso ao crédito, empoderamento de jovens e mulheres na agricultura, adopção de tecnologia, redução de perdas pós-colheita e desenvolvimento de infra-estrutura.

2. Aumentar o investimento do sector público nos sistemas agro-alimentares. Os principais domínios de acção incluem:

- Aumentar os investimentos em pesquisa e desenvolvimento agrícola, inovações, tecnologias, energia, água e irrigação, e outras infra-estruturas (embalagem, refrigeração, armazenamento, marketing, etc.)
- Promover o planeamento, implementação e monitorização participativos e sensíveis às questões de género dos investimentos
- Desenvolver e promover instrumentos de redução de risco por parte dos bancos centrais que promovam o aumento da concessão de crédito ao sector agro-alimentar pelos bancos comerciais
- Aumentar os investimentos dos sectores público e privado em infra-estruturas críticas, como estradas, energia e instalações de armazenamento, incluindo cabazes alimentares e corredores
- Catalisar o investimento do sector privado através de modelos de financiamento misto de redução e partilha de riscos

- Desenvolver medidas fiscais e não fiscais, incluindo incentivos/pausas fiscais e reformas regulatórias, que aumentem as remessas da diáspora e o investimento em sistemas agro-alimentares
- Emitir obrigações da diáspora para explorar os activos da diáspora do país

3. Reforçar as capacidades de desenvolvimento de projectos emblemáticos e financiáveis:

- Desenvolver e implementar projectos emblemáticos de escala e impacto
- Aumentar a qualidade da concepção e implementação de projectos que reduz a procura de rendimentos e a corrupção e aumenta a eficiência e eficácia
- Desenvolver capacidade para desenvolver projectos emblemáticos implementáveis e financiáveis
- Reforçar a capacidade de navegação em várias plataformas de financiamento e compreender as oportunidades e requisitos de financiamento para aceder ao financiamento
- Rever os PNIA e os PRIA existentes ou conceber novos que tenham projectos emblemáticos identificáveis e modelos de negócio que os tornem atractivos para o financiamento público e privado

4. Melhorar o acesso ao financiamento do investimento para a transformação dos sistemas agro-alimentares:

- Desenvolver e fortalecer mecanismos e plataformas em todos os níveis (local, nacional, regional, continental) para harmonizar e coordenar a mobilização de investimentos
- Criar um mecanismo de financiamento do investimento dos sistemas agro-alimentares africanos inclusivos e sensível ao género para mobilizar fundos verdes e de desenvolvimento para empréstimos e subvenções soberanas concessionárias
- Estabelecer dados confiáveis de gases de efeito estufa e sistemas de inventário para facilitar o comércio nos mercados de carbono

Resultados

A implementação das intervenções estratégicas produzirá vários resultados, incluindo o desenvolvimento de quadros e modelos de financiamento inovadores, a promoção de parcerias público-privadas e a popularização de mecanismos de financiamento misto de redução e partilha de riscos. Melhorar os programas de literacia financeira e expandir o seu alcance será crucial. Além disso, a criação de incentivos ao investimento para as PME e os agricultores, o aumento do volume e do número de operações de financiamento agrícola e o desenvolvimento de

modelos de financiamento inovadores serão essenciais para o crescimento do sector.

Resultados Intermediários

A implementação das estratégias propostas visa aumentar e melhorar a qualidade do investimento público e privado nos sistemas agro-alimentares. Tal inclui a optimização do financiamento e do calendário dos fundos atribuídos aos planos de investimento nacionais e regionais, o reforço da infra-estrutura financeira e a melhoria da compreensão das necessidades de investimento em todos os subsectores agro-alimentares. Como resultado, o financiamento global disponível para o sector agrícola aumentará, reduzindo os riscos de empréstimo para as instituições financeiras e expandindo o acesso aos serviços financeiros, especialmente para os pequenos agricultores. Ao alavancar as tecnologias digitais, o objectivo é diminuir ainda mais os custos e os riscos de incumprimento dos empréstimos por parte dos pequenos agricultores.

Objectivo Estratégico 3: Garantir a Segurança Alimentar e Nutricional

Apesar dos progressos louváveis na melhoria da segurança alimentar e nutricional em todo o continente, a evolução da complexidade e interligação da agricultura, segurança alimentar, nutrição, saúde e segurança alimentar coloca desafios significativos aos decisores políticos e às partes interessadas. Estes desafios manifestam-se na falta de culturas diversificadas e ricas em nutrientes, no elevado custo de regimes alimentares saudáveis, nas escolhas alimentares limitadas dos consumidores e nas barreiras sanitárias e fitossanitárias. As doenças de origem alimentar, por exemplo, afectam uma parte significativa da população africana, resultando em elevados custos médicos, para além da perda de produtividade (devido à perda de trabalho ou de dias escolares). No entanto, uma mão-de-obra saudável e produtiva é essencial para a transformação socioeconómica do continente.

Este objectivo estratégico visa alcançar a fome zero em todos os Estados-Membros da União Africana até 2035 e reduzir o atraso de crescimento em 25%, o desperdício em 25% e o excesso de peso em 25%, garantir que 60% da população possa pagar uma dieta saudável.

A Estratégia e o Plano de Acção do CAADP destacam o papel dos sistemas agro-alimentares na eliminação da fome e de todas as formas de subnutrição. Defende a adopção de práticas para melhorar a disponibilidade, acessibilidade e consumo de dietas saudáveis e seguras para melhores resultados para a saúde humana. Também enfatiza a educação do consumidor e o desenvolvimento de políticas, estratégias e programas sensíveis à qualidade da dieta e à nutrição nos níveis nacional, sub-regional e regional. O reforço das normas sanitárias e fitossanitárias e dos protocolos de saúde única é essencial para salvaguardar a saúde pública e garantir que os alimentos produzidos em África são seguros e nutritivos.

As intervenções são concebidas para dar resposta a desafios significativos no âmbito do sistema agro-alimentar, com especial incidência no reforço das capacidades dos pequenos agricultores e das pequenas e médias empresas (PME). Estes intervenientes são indispensáveis para a produção alimentar, mas deparam frequentemente com dificuldades no cumprimento das normas sanitárias e fitossanitárias essenciais. O objectivo das intervenções propostas é reforçar a capacidade destes intervenientes para cumprirem as normas pertinentes, melhorando assim a segurança e a qualidade dos alimentos e promovendo práticas agrícolas sustentáveis. O sector privado é de importância crítica em toda a cadeia de valor agro-alimentar, desde o fornecimento de factores de produção até à produção, transformação e distribuição. A maximização do seu potencial depende da colaboração com o sector público, que é fundamental para a criação de um ambiente propício. Garantir a acessibilidade dos preços e a acessibilidade dos alimentos ricos em nutrientes é um objectivo principal, em especial para as populações vulneráveis que são desproporcionadamente afectadas pela insegurança alimentar. O sucesso dessas intervenções dependerá do envolvimento activo das partes interessadas, incluindo agências governamentais, empresas privadas, organizações da sociedade civil e comunidades locais, que devem trabalhar juntas para melhorar a segurança alimentar e nutricional.

Em essência, esses esforços aspiram a construir um ambiente alimentar mais sustentável e equitativo, abordando obstáculos em cada fase do sistema agro-alimentar, cultivando assim resiliência e inclusão. Para atingir este objectivo, serão realizadas as seguintes intervenções estratégicas:

1. Alavancar sistemas agro-alimentares que melhorem a nutrição humana e os resultados em termos de saúde. As principais acções incluem:

- Incentivar a diversificação da produção agrícola, incluindo o aumento da produção e do consumo de culturas tradicionais e autóctones nutritivas africanas
- Incentivar o cultivo de culturas diversificadas e ricas em nutrientes, incluindo a adopção de variedades de culturas biologicamente fortificadas, e fortalecer as cadeias de valor para alimentos ricos em nutrientes
- Melhorar o acesso a alimentos nutritivos, apoiando a jardinagem e a pecuária em pequena escala, a pesca e a produção aquícola, com foco em populações e comunidades marginalizadas e vulneráveis.
- Estabelecer e expandir iniciativas de alimentação escolar caseira que priorizem alimentos de origem local, melhorando a qualidade nutricional e apoiando os agricultores e comunidades locais
- Fortalecer políticas e programas de nutrição, com foco na educação nutricional e na conscientização do consumidor para escolhas alimentares mais saudáveis
- Melhorar os serviços de extensão agrícola e a educação nutricional convencional
- Integrar intervenções sensíveis à nutrição no sector agrícola

- Apoiar programas que celebrem os alimentos tradicionais e as cozinhas culturais, enfatizando o rico património alimentar de África, ao mesmo tempo que fortalece as cadeias de valor para alimentos ricos em nutrientes e integra uma abordagem centrada na nutrição em todas as cadeias de valor apoiadas.
- Incorporar a Comemoração Continental anual da ADFNS para aprofundar o envolvimento a nível dos Estados-Membros e alavancar esta plataforma de advocacia, promovendo a importância e os benefícios do rico património alimentar de África.
- Apoiar programas que reduzam a disparidade de género na segurança alimentar e nutricional
- Aumentar o acesso a frutas, vegetais e alimentos de origem animal através dos mercados locais para melhorar os resultados nutricionais

2. Fortalecer políticas e programas de nutrição, educação nutricional e conscientização do consumidor. As principais acções incluem:

- Reforçar a capacidade de desenvolver políticas, estratégias e programas específicos e sensíveis à nutrição ligados aos sistemas agro-alimentares a todos os níveis e assegurar ligações com os organismos multisectoriais nacionais existentes para combater a subnutrição
- Implementar directrizes dietéticas baseadas em alimentos que influenciam políticas e programas para integrar dietas saudáveis na agenda de desenvolvimento de sistemas agro-alimentares sustentáveis
- Desenvolver e implementar políticas que promovam ambientes alimentares saudáveis, pecuária indígena e produtos madeireiros não florestais para reduzir a disponibilidade e desincentivar o consumo de alimentos não saudáveis, incentivando a produção e o consumo de alimentos saudáveis
- Realizar formação profissional em educação nutricional, incluindo o fortalecimento das capacidades individuais e institucionais para conceber, implementar, adaptar e avaliar acções, políticas e programas eficazes de educação nutricional
- Integrar a educação nutricional nos currículos escolares
- Criar um cluster de pesquisa agrícola que aborde conhecimentos e práticas de pesquisa e extensão em todas as cadeias de valor, incluindo agricultura escolar para programas de alimentação escolar.

3. Reforçar as normas sanitárias e fitossanitárias e o protocolo *Uma só Saúde*. As principais acções incluem:

- Formular e fazer cumprir leis e regulamentos abrangentes de segurança alimentar nos níveis nacional, sub-regional e regional alinhados com os padrões internacionais

- Acelerar a criação da Agência Africana de Segurança Alimentar
 - Estabelecer autoridades nacionais de segurança alimentar que criem organismos dedicados a supervisionar as normas e práticas de segurança alimentar
 - Actualizar laboratórios, instalações de testes e infra-estrutura relacionada
 - Treinar inspectores e reguladores sobre as normas sanitárias e fitossanitárias
 - Implementar sistemas de rastreabilidade e planos de resposta a emergências
 - Desenvolver e adoptar directrizes e protocolos Uma só Saúde
 - Garantir mecanismos de coordenação de saúde únicos
 - Promover campanhas de sensibilização sobre a importância das normas sanitárias e fitossanitárias
 - Promover a coordenação nacional e a harmonização da segurança alimentar e das normas comerciais para simplificar processos, melhorar a garantia de qualidade e facilitar um comércio mais harmonioso entre fronteiras.
 - Estabelecer sistemas transfronteiriços de alerta precoce, vigilância e controlo de pragas e doenças animais e vegetais.
 - Conceber e implementar programas de erradicação de doenças prioritárias como a peste des petits ruminants (PPR) e o controlo de doenças transfronteiriças.
4. Abordar as dinâmicas socioeconómicas e reforçar redes de segurança social inovadoras que abordem a nutrição. As principais acções incluem:
- Fortalecer programas de protecção social e empoderamento económico, visando famílias vulneráveis e afectadas por choques e crises
 - Garantir intervenções de protecção social e redes de segurança social baseadas em dinheiro e alimentos, priorizando alimentos saudáveis
 - Desenvolver e implementar estratégias que fortaleçam as redes de segurança social, criem oportunidades económicas sustentáveis e garantam que os alimentos nutritivos sejam acessíveis e comportáveis para todas as comunidades.
 - Fornecer apoio personalizado para populações vulneráveis e vulneráveis
 - Promover mecanismos como o alívio da dívida, reservas alimentares estratégicas e subsídios aos preços dos alimentos, assegurando simultaneamente que cada país desenvolva uma política clara de segurança alimentar que garanta o abastecimento alimentar ininterrupto, estabeleça reservas de reserva e implemente planos de preparação e resposta a catástrofes para perturbações naturais e provocadas pelo homem.
 - Implementar políticas e programas transformadores de género
 - Promover a participação dos jovens e das mulheres nos sistemas agro-alimentares

Principais resultados

Os principais resultados incluem melhores políticas, regulamentos e programas de segurança alimentar e nutricional; aumento da produção e do consumo de alimentos nutritivos tradicionais e autóctones; o reforço das cadeias de valor que promovem alimentos de elevada densidade nutricional; normas e protocolos de segurança alimentar e PSA; e desenvolvimento das infra-estruturas e capacidades de segurança alimentar. Políticas e programas do sector agrícola que integrem significativamente intervenções sensíveis à nutrição e políticas e programas agrícolas transformadores de género.

Resultados Intermediários

Os principais resultados intermédios incluem a melhoria da regulamentação alimentar e sistemas alimentares mais seguros, o aumento do acesso e consumo de alimentos mais nutritivos, a redução dos casos de doenças resultantes da falta de alimentos e a redução das doenças e surtos de origem alimentar. Outros incluem a melhoria da diversidade alimentar e da ingestão de nutrientes, a melhoria da segurança e qualidade dos alimentos, o aumento da confiança do público no sistema alimentar, a melhoria da nutrição e dos resultados em termos de saúde, a redução da malnutrição e das doenças relacionadas com a dieta (redução da prevalência de atraso de crescimento, deficiências de micronutrientes, obesidade com excesso de peso e DNT relacionadas).

Objectivo Estratégico 4: Promover a inclusão e meios de subsistência equitativos

Este objectivo estratégico reconhece que a mudança transformadora nos sistemas agro-alimentares de África tem de ser inclusiva. A estratégia sublinha a necessidade de melhorar o acesso aos recursos produtivos para grupos vulneráveis, incluindo mulheres, jovens, pequenos agricultores, pescadores e pastores.

Aborda a desigualdade e os desequilíbrios de poder que restringem as mulheres, os jovens (mulheres e homens jovens) e outros grupos vulneráveis. Estas desigualdades são exacerbadas, uma vez que são afectadas de forma desproporcionada por fenómenos climáticos extremos, catástrofes, conflitos, abrandamentos e recessões económicas e pela inacessibilidade de regimes alimentares saudáveis. Além disso, essas restrições são moldadas e reforçadas por normas sociais e desigualdades estruturais (FAO et al., 2020, Lynnette et al., 2021).

A meta para este objectivo estratégico é reduzir em 50% o número de pessoas que vivem em situação de pobreza extrema, reduzir em 50% a diferença de rendimento entre homens e mulheres agricultores e capacitar pelo menos 30% das mulheres, 30% dos jovens e 30% dos grupos vulneráveis nas cadeias de valor agro-alimentares até 2035.

Através da implementação de programas inclusivos de protecção social, garantindo a inclusão financeira e promovendo o uso da tecnologia digital na agricultura, este objectivo estratégico visa capacitar estes grupos e capacitá-los a participar plenamente na economia dos sistemas agro-alimentares. Melhorar o acesso ao mercado e a integração é também crucial para garantir que todos os agricultores, independentemente da sua escala, possam beneficiar dos crescentes mercados agro-alimentares de África.

Os pequenos agricultores, as mulheres e os jovens contribuem significativamente para os sistemas agro-alimentares. No entanto, as evidências mostram que eles muitas vezes têm menor acesso a recursos e serviços produtivos do que os grandes agricultores, homens e adultos, o que afeta o retorno de seu trabalho e outros investimentos em sistemas agro-alimentares. Isto, por sua vez, conduz a resultados socioeconómicos inferiores ou indesejáveis. As intervenções aqui abordam os desafios por meio de políticas, instituições, programas e investimentos inclusivos que melhoram a infra-estrutura e o acesso a serviços sociais em áreas rurais e entre comunidades marginalizadas, promovem a igualdade de género e desenvolvem as habilidades empreendedoras e de liderança de pequenos agricultores, mulheres e jovens em sistemas agro-alimentares, entre outros. Para atingir este objectivo, serão realizadas as seguintes intervenções estratégicas:

1. Melhorar a infra-estrutura e o acesso aos serviços sociais nas áreas rurais e entre as comunidades marginalizadas, de acordo com as Directrizes Voluntárias sobre o Direito à Alimentação. As principais acções incluem:

- Investir em infra-estruturas energéticas, rodoviárias, TIC e de irrigação
- Melhorar o acesso aos serviços sociais nas zonas rurais, à educação, à saúde, à água e ao saneamento

2. Facilitar o acesso a recursos produtivos seguros para mulheres, jovens e grupos vulneráveis por meio de programas direcionados à terra, serviços financeiros amigáveis, mercados, informações e redes, e insumos como sementes e fertilizantes. As principais acções incluem:

- Implementar políticas fundiárias sensíveis ao género que proporcionem posse e direitos fundiários seguros para mulheres e jovens
- Garantir acesso equitativo a financiamento, mercados e TIC a preços acessíveis para mulheres, jovens e grupos vulneráveis
- Investir em tecnologias, incluindo tecnologias de economia de mão-de-obra e climaticamente inteligentes, que atendam às necessidades de mulheres, jovens e grupos vulneráveis
- Melhorar o acesso das mulheres e dos jovens às terras agrícolas
- Facilitar empregos verdes e resilientes ao clima para jovens, mulheres e grupos vulneráveis por meio de iniciativas que apoiem empresas focadas

em agricultura inteligente climática, energia renovável no agro-negócio, mercados de carbono e adaptação climática

3. Implementar programas inclusivos de protecção social. As principais acções incluem:

- Alargar a cobertura da protecção social aos trabalhadores do sistema agro-alimentar, incluindo os agricultores
- Proporcionar acesso a uma protecção social abrangente, adequada e sustentável, incluindo segurança social e assistência social a todos os grupos vulneráveis
- Implementar programas de protecção social que reconheçam, reduzam e redistribuam o trabalho de cuidado não remunerado das mulheres rurais

4. Reforçar a emancipação económica e reforçar as capacidades. As principais acções incluem:

- Melhorar as habilidades e capacidades de mulheres, jovens e grupos vulneráveis através de treinamento e educação
- Promover oportunidades de liderança para mulheres e jovens nos sistemas agro-alimentares e órgãos de decisão
- Criar oportunidades de emprego decente em cadeias de valor agrícolas para mulheres, jovens e grupos vulneráveis
- Desenvolver mecanismos de financiamento verde e produtos adaptados às necessidades das mulheres e acessíveis a cooperativas de mulheres e agro-negócios liderados por mulheres
- Incluir activamente grupos vulneráveis, como mulheres, jovens e pequenos agricultores nos sistemas agro-alimentares, melhorando o seu acesso a serviços financeiros, mercados e tecnologia.

5. Implementar políticas e instituições inclusivas. As principais acções incluem:

- Garantir que as políticas e instituições respondam às necessidades das mulheres, jovens e grupos vulneráveis
- Desenvolver e implementar políticas inclusivas que apoiem a participação de mulheres, jovens e grupos vulneráveis
- Fortalecer as instituições para apoiar a igualdade de género e o empoderamento dos jovens nos sistemas agro-alimentares
- Reforçar a recolha e análise de dados desagregados por sexo e idade
- Integrar políticas e programas sensíveis ao género para promover meios de subsistência equitativos em toda a cadeia de valor agrícola
- Desenvolver iniciativas que capacitem grupos vulneráveis a envolverem-se plena e eficazmente na cadeia de valor agrícola

6. Garantir salários dignos e salários iguais por trabalho de igual valor e segurança no local de trabalho para mulheres e jovens no sector dos sistemas agro-alimentares. As principais acções incluem:

- Desenvolver e implementar políticas em matéria de igualdade de remuneração por trabalho de igual valor para mulheres e jovens trabalhadores dos sistemas agro-alimentares
- Reduzir a diferença de rendimento entre homens e mulheres agricultores
- Desenvolver e promover normas para locais de trabalho nos sistemas agro-alimentares isentos de assédio sexual, em conformidade com a Convenção C190 da OIT
- Desenvolver e implementar políticas que abordem o trabalho de prestação de cuidados não remunerado das mulheres
- Aumentar o investimento público e privado em serviços de acolhimento de crianças

Principais resultados

Entre os principais resultados contam-se as infra-estruturas rurais e a melhoria dos serviços sociais que tornam atractiva a vida e a actividade empresarial nas zonas rurais. Outros resultados incluem programas de protecção social implementados e maior cobertura em termos de beneficiários alcançados, treinamento de desenvolvimento de habilidades e estagiários por grupos-alvo vulneráveis, e políticas inclusivas implementadas e parcela da população visada.

Resultados Intermediários

Os resultados intermediários incluem maior igualdade e participação de mulheres, jovens e grupos vulneráveis em sistemas agro-alimentares, maior acesso para grupos vulneráveis, melhores habilidades e conhecimentos de grupos vulneráveis e políticas inclusivas fortalecidas.

Objectivo estratégico 5: Construir sistemas agro-alimentares resilientes

Este objectivo estratégico visa construir sistemas agro-alimentares resilientes que possam resistir e adaptar-se a vários choques e factores de stress, incluindo as alterações climáticas, as flutuações do mercado e as convulsões sociais. A estratégia salienta a necessidade de reforçar a infra-estrutura institucional necessária para enfrentar estes desafios de forma eficaz. Tal exige um investimento numa compreensão mais profunda da natureza e dos factores de vulnerabilidade. Esta percepção é crucial para o desenvolvimento de estratégias que melhorem a preparação e a capacidade de resposta durante choques. Ao instituir e fortalecer programas que aumentam a resiliência dos meios de subsistência em tempos normais, a estratégia visa ajudar as comunidades a manter a segurança alimentar e sustentar a produtividade agrícola, mesmo diante das adversidades.

O objectivo deste objectivo estratégico é assegurar que os sistemas agro-alimentares africanos sejam resilientes aos choques climáticos, socioeconómicos e ambientais. Até 2035, pelo menos 30 % das terras agrícolas devem estar sob gestão sustentável e 40 % dos agregados familiares protegidos de choques até 2035.

Os sistemas agro-alimentares de África estão sob forte pressão devido a uma interacção complexa de desafios climáticos, ambientais, socioeconómicos, políticos, tecnológicos e relacionados com a saúde. A dependência da agricultura de sequeiro, a importação de alimentos, a infra-estrutura inadequada e os conflitos, entre outros factores, exacerbam as vulnerabilidades. As alterações climáticas, por exemplo, representam um desafio significativo, com fenómenos meteorológicos extremos a afectarem a produção, a produtividade e os recursos hídricos. Os recursos financeiros limitados e a instabilidade económica dificultam os esforços de adaptação. Assim, uma abordagem abrangente e multifacetada para a construção de sistemas agro-alimentares resilientes, alinhada com as cinco capacidades críticas de resiliência (preventivo, antecipatório, absorutivo, adaptativo e transformador) é essencial. As principais prioridades incluem o reforço das infra-estruturas, o reforço das capacidades, os sistemas de conhecimento, os sistemas de alerta precoce, a coerência das políticas e as respostas coordenadas, para além da promoção de uma agricultura inteligente em termos climáticos, incluindo a irrigação, a diversificação e o reforço da resiliência dos agricultores. Para alcançar este objectivo, serão implementadas as seguintes áreas-chave de intervenção:

1. Investir nas capacidades humanas e biofísicas, bem como nos sistemas sociais, institucionais e de conhecimento, para melhor compreender, prevenir, antecipar e responder aos grandes choques que afectam os sistemas agro-alimentares. As principais acções incluem:

- Investir em capacidades humanas e sistemas de conhecimento para melhor compreender e gerir choques, factores de stress e ameaças do sistema agro-alimentar e reforçar o planeamento de cenários e prospectivos e a modelação preditiva
- Apoiar a integração de ETP e educação ETP na preparação de actores de entrega de última milha essenciais para um sistema agro-alimentar robusto e funcional
- Investir em sistemas de alerta precoce que informem uma tomada de decisão melhor e mais atempada e medidas proactivas para mitigar interrupções
- Desenvolver, fortalecer e financiar instituições e programas que criem, apoiem, divulguem e incentivem o uso de dados e conhecimento
- Promover tecnologias agrícolas de precisão, incluindo o uso de dados geoespaciais e inteligência artificial para avaliar, monitorar e relatar as condições de cultivo, forragem e pecuária e pesca em tempo real
- Abordar o impacto de vários choques e factores de tensão em grupos específicos, como os jovens, as mulheres, as pessoas com deficiência, os

povos indígenas e os residentes de países vulneráveis, e conceber medidas de resposta adaptadas

- Promover uma paz duradoura através da resolução de conflitos e de iniciativas de consolidação da paz
- Promover práticas agrícolas sustentáveis e desenvolver as infra-estruturas necessárias para apoiar a resiliência nos sistemas agro-alimentares.
- Reforçar a capacidade institucional nacional e regional para uma resposta eficaz e atempada a surtos e invasões de pragas migratórias para promover a segurança alimentar.

2. Reforçar a capacidade de absorção dos sistemas agro-alimentares que minimizam os danos, protegem os meios de subsistência e reforçam em caso de choque. As principais acções incluem:

- Investir numa melhor compreensão dos padrões e factores determinantes da vulnerabilidade a nível dos agregados familiares e da comunidade para uma maior preparação e uma resposta mais eficaz aos choques
- Fortalecer protocolos coordenados e robustos de resposta a emergências e recuperação para minimizar interrupções e facilitar a recuperação rápida
- Estabelecer e melhorar a colaboração entre os actores locais, nacionais e internacionais, para garantir uma abordagem unificada e eficiente na gestão de crises do sistema agro-alimentar
- Promover a transferência de riscos e medidas de protecção social, como seguros e crédito, que ajudem os agricultores a gerir os riscos e a recuperar das perdas;
- Estabelecer e fortalecer mercados para melhorar os fluxos de mercadorias e reduzir o desperdício

3. Promover a adaptação nos sistemas agro-alimentares e nos meios de subsistência para reduzir a vulnerabilidade a grandes choques e factores de stress. As principais acções incluem:

- Estabelecer sistemas de alerta precoce e ferramentas de gestão de risco para proteger os agricultores de eventos imprevisíveis e mitigar perdas potenciais.
- Investir no desenvolvimento, dimensionamento e adopção de agricultura resiliente ao clima e de baixa emissão
- Expandir a irrigação inteligente usando técnicas como captação de água da chuva, sistemas de irrigação eficientes (por exemplo, irrigação por gotejamento), energia solar e melhor armazenamento e colheita de água para lidar com padrões irregulares de chuva
- Promover a diversificação das explorações agrícolas e dos sistemas de cultivo (por exemplo, produção de culturas, aquicultura, pesca e pecuária)
- Equipar os agricultores com ferramentas, incluindo tecnologias digitais para gerir riscos

- Melhorar os serviços de extensão agrícola para equipar os agricultores com os conhecimentos e recursos necessários, incluindo o conhecimento local.
- Expandir o uso de energia renovável na agricultura, incluindo sistemas de irrigação movidos a energia solar e biogás e outras fontes de energia renováveis para processamento, armazenamento e cozimento pós-colheita
- Reduzir as emissões de gases de efeito estufa e o desmatamento e promover o uso de energia eólica e micro-hídrica para operações agrícolas em áreas adequadas
- Reduzir a perda e o desperdício de alimentos, melhorando as instalações de armazenamento e a infra-estrutura de transporte para minimizar as perdas pós-colheita e o desperdício de alimentos
- Incentivar a adopção de práticas e tecnologias que estendam a vida útil dos produtos agrícolas (por exemplo, melhor secagem, embalagem e refrigeração)
- Promover a mudança de comportamento entre os consumidores em linha com a necessidade de uma economia circular em toda a diversidade de alimentos africanos
- Fortalecer as capacidades conjuntas de extensão agrícola e pesquisa em todos os níveis, enfatizando o papel crítico da pesquisa e inovação na geração de novos conhecimentos e soluções, e garantindo que essas contribuições sejam mais visíveis e integradas nas práticas e políticas agrícolas.

4. Investir em capacidades transformadoras a longo prazo para criar sistemas agro-alimentares fundamentalmente diferentes, mais resilientes e inclusivos. As principais acções incluem:

Práticas Agrícolas Sustentáveis e Gestão do Território

- Investir em práticas agrícolas climaticamente inteligentes, diversificar a produção agrícola e melhorar os sistemas de gestão da água para fortalecer a resiliência contra as mudanças climáticas e choques externos
- Promover a intensificação agrícola sustentável para aumentar a produção, proteger os ecossistemas, melhorar a alimentação e a nutrição e aumentar os rendimentos
- Promover a gestão sustentável da terra, a gestão integrada da fertilidade do solo, práticas sustentáveis de pastoreio, reflorestação e florestação que reduzam a erosão, melhorem a saúde do solo e a produtividade agrícola, contribuam para o sequestro de carbono e restaurem terras degradadas
- Preservar e utilizar os recursos genéticos autóctones para melhorar o desenvolvimento de variedades de culturas autóctones diversificadas, nutritivas e resilientes.
- Aumentar a disponibilidade e o consumo de culturas autóctones, bem como de produtos haliêuticos e pecuários
- Promover estratégias de irrigação sensíveis à nutrição

Infra-estruturas e diversificação para o reforço da resiliência

- Investir em infra-estruturas robustas de sistemas agro-alimentares, incluindo sistemas de transporte, armazenamento e irrigação, para reduzir as perdas pós-colheita e a dependência de sistemas de sequeiro, melhorar o acesso ao mercado e o comércio e aumentar os rendimentos
- Promover a diversificação das culturas e da pecuária para reduzir a sensibilidade dos sistemas agro-alimentares às alterações climáticas e outros choques e aumentar a segurança alimentar e nutricional
- Promover a diversificação dos meios de subsistência para reduzir a dependência de culturas individuais ou tipos de gado, aumentando assim a estabilidade do rendimento familiar e reduzindo a vulnerabilidade a choques
- Estabelecer e manter reservas alimentares estratégicas nacionais e regionais para aumentar a segurança alimentar durante os períodos de interrupção
- Criar mecanismos claros para se conectar com organizações que abordam conflitos que afectam a agricultura, incluindo pecuária e agroflorestais, incorporando especificamente pastagens e pastagens para mitigar disputas entre criadores de gado e vida selvagem.

Tecnologia, inovação e suporte ao mercado

- Promover tecnologia e inovação para impulsionar a produtividade, eficiência e resiliência agrícola, especialmente entre pequenos produtores e jovens empreendedores
- Investir na melhoria da política e em ambientes propícios para permitir o desenvolvimento e o acesso à tecnologia e ao mercado
- Fortalecer a educação em ciência, tecnologia, engenharia e matemática nos níveis primário, secundário e terciário para treinar a próxima geração de cientistas, pesquisadores e agricultores experientes em tecnologia e actores da cadeia de valor
- Garantir que cada país desenvolva uma massa crítica de graduados em dados geoespaciais, inteligência artificial e tecnologias emergentes
- Embarcar em mentoria para aproveitar o conhecimento global e emergente como um requisito para a transformação dos sistemas agro-alimentares

Principais resultados

A intervenção procura expandir a adopção de tecnologias de agricultura inteligente em termos climáticos (CSA), ao mesmo tempo que melhora as políticas e instituições para alavancar o financiamento climático de forma eficaz. Inclui o desenvolvimento de infra-estruturas para acompanhar e medir as emissões de gases com efeito de estufa, promover práticas de CSA e estabelecer instituições para a adaptação e mitigação. Ao aumentar a dotação de financiamento da luta

contra as alterações climáticas para o sistema agro-alimentar, a iniciativa visa reforçar a resiliência e a sustentabilidade da agricultura através do apoio político e de avaliações de impacto climático. Entre os principais resultados contam-se o reforço dos sistemas de alerta precoce (não limitado às previsões meteorológicas, mas abrangendo tendências económicas, conflitos e doenças dos animais e das culturas), a adopção de estratégias nacionais abrangentes em matéria de resiliência e a integração da resiliência nos planos nacionais e sectoriais. Além disso, a intervenção centra-se na mobilização de recursos para o desenvolvimento de capacidades, incluindo soluções baseadas na natureza como CSA, gestão sustentável da terra e adaptação baseada na agro-ecologia, juntamente com infraestruturas resilientes para enfrentar desafios socioeconómicos e ambientais.

Resultados Intermediários

As intervenções visam aumentar a resiliência do sector agrícola a choques e tensões naturais e induzidos pelo homem e à gestão de riscos, conduzindo a uma maior capacidade de absorção, adaptação e transformação. Simultaneamente, contribuirão para a sustentabilidade ambiental e para a mitigação das alterações climáticas através da redução das emissões de gases com efeito de estufa provenientes do sistema agro-alimentar. Por conseguinte, a agricultura será o principal motor do crescimento inclusivo, resiliente, sustentável e ecológico. Estes resultados serão medidos através da melhoria dos índices de capacidade de resiliência a nível do agregado familiar, da comunidade e do sistema; perda evitada; e a redução das emissões de gases com efeito de estufa.

Objectivo estratégico 6: Reforçar a governação dos sistemas agro-alimentares

O objectivo deste objectivo estratégico é reforçar a governação dos sistemas agro-alimentares para alcançar estes objectivos ambiciosos e, em última análise, a visão do CAADP. A estratégia apela às partes interessadas para que evidem mais esforços para integrar plenamente a agenda CAADP nos Planos Nacionais e Regionais de Desenvolvimento Agrícola (PNIA e PRIA), assegurando que a transformação inclusiva dos sistemas agro-alimentares está alinhada com objectivos de desenvolvimento mais vastos. Salienta igualmente a importância da coerência das políticas para minimizar os compromissos e a descentralização e o reforço da governação local na criação de um ambiente propício à transformação dos sistemas agro-alimentares. Além disso, a estratégia defende a criação de sistemas sólidos de tomada de decisões baseadas em dados concretos e de responsabilização mútua, que são essenciais para o acompanhamento dos progressos e a responsabilização. A estratégia também enfatiza a necessidade de reforçar a liderança política e a defesa de direitos do CAADP e os níveis continental, regional e nacional.

Este objectivo estratégico visa assegurar que, até 2028, todos os Estados-Membros da União Africana e as Comunidades Económicas Regionais (CER) integrem a Declaração CAADP de Kampala nos seus planos de investimento

nacionais e regionais em sistemas agro-alimentares e adoptem as melhores práticas de governação dos sistemas agro-alimentares com base nos princípios do CAADP. Além disso, até 2030, todos os países integrarão o processo de revisão bienal do CAADP nas suas plataformas nacionais conjuntas de análise sectorial para a agricultura.

Espera-se que as intervenções estratégicas delineadas nesta Estratégia e Plano de Acção CAADP conduzam a uma maior resiliência a choques e factores de tensão, à adopção generalizada de práticas sustentáveis, a um maior investimento público e privado nos sistemas agro-alimentares, a um acesso equitativo aos recursos e a uma maior segurança alimentar e nutricional.

Uma governação eficaz é a pedra angular da construção de sistemas agro-alimentares resilientes, inclusivos e sustentáveis em África. À medida que o continente enfrenta uma procura crescente devido ao crescimento demográfico, às alterações climáticas e às pressões económicas, a necessidade de estruturas de governação fortes torna-se ainda mais crítica. A governação neste contexto engloba a liderança e a apropriação, a coerência das políticas e a tomada de decisões com base em dados concretos. Garante que todas as partes interessadas — desde órgãos governamentais a pequenos agricultores, sociedade civil e sector privado — estejam alinhadas em seus esforços para transformar os sistemas agro-alimentares.

Uma liderança forte e um sentimento de apropriação são fundamentais para impulsionar a transformação nos sistemas agro-alimentares de África. Em todos os níveis (nacional, regional e continental), a liderança deve ser visionária, comprometida e capaz de mobilizar recursos e partes interessadas para alcançar os objectivos e metas estabelecidos na nova estratégia e plano de acção do CAADP. Tal dependerá, em grande medida, da harmonização e domesticação das suas estratégias no âmbito dos Planos de Investimento Agro-alimentares Nacionais e Regionais. Esse alinhamento garante que as políticas não só sejam integradas em agendas de desenvolvimento mais amplas, mas também sejam legisladas, orçadas e executadas de forma eficaz.

A vontade política e a liderança são fundamentais para fomentar o necessário sentimento de apropriação. Os Estados-Membros, as CER e a Comissão da União Africana (CUA) devem desempenhar um papel de liderança na mobilização de investimentos públicos e privados, incluindo a alavancagem das remessas da diáspora, para apoiar a transformação sustentável dos sistemas agro-alimentares. Além disso, o envolvimento dos produtores rurais, das organizações de agricultores (organizações interprofissionais estruturadas numa cadeia de valores agrícolas nacionais e regionais) e das organizações profissionais é crucial para garantir que estes grupos participem e beneficiem activamente das iniciativas do CAADP.

Para alcançar este objectivo, serão implementadas as seguintes áreas-chave de intervenção:

1. Fortalecer a liderança e a apropriação. As principais acções incluem:

- Integrar e reflectir plenamente a nova estratégia e plano de acção do CAADP nos planos nacionais de investimento agro-alimentar
- Estabelecer um sistema transparente de prestação de contas para estratégias, políticas e programas de desenvolvimento entre os actores do sistema agro-alimentar e um sistema de monitoramento para acompanhar o progresso
- Estabelecer um conselho consultivo de sistemas agro-alimentares liderado pelo sector privado que forneça orientação estratégica e apoio aos governos e outras partes interessadas
- Reforçar a supervisão parlamentar para a prestação de contas e assegurar o alinhamento dos orçamentos com políticas e estratégias baseadas em dados concretos
- Estabelecer quotas e metas para a inclusão de mulheres, jovens e outros grupos vulneráveis em todas as estruturas de governação agro-alimentar, em linha com as normas internacionais
- Reforçar abordagens inclusivas com consulta e participação de instituições de investigação, grupos de reflexão e observadores
- Reforçar a ligação e análise entre os sistemas de informação agrícola e os sistemas de informação de segurança alimentar e nutricional.

2. Aumentar a coerência das políticas e reforçar a governação. As principais acções incluem:

- Estabelecer estruturas de governação transparentes e responsáveis no âmbito dos sistemas agro-alimentares para reforçar os quadros institucionais para uma implementação eficaz das políticas e melhorar a coordenação entre as partes interessadas.
- Garantir que os processos de tomada de decisão sejam inclusivos, incorporando activamente as vozes e perspectivas dos agricultores, particularmente dos pequenos agricultores, para informar o desenvolvimento de políticas e programas
- Harmonizar e alinhar as políticas sectoriais (agricultura, energia, água, infra-estruturas, comércio, nutrição, etc.) a nível nacional, regional e continental, orientadas pelos objectivos e prioridades da presente estratégia e plano de acção
- Intensificar e reforçar a execução destas políticas através da realização de reformas políticas nacionais, regionais e transfronteiriças para assegurar a coerência
- Descentralizar e institucionalizar o CAADP através da ratificação pelos parlamentos nacionais e regionais que habilitam as comissões parlamentares a supervisionar a adopção e execução efectivas de políticas em todos os níveis

- Fortalecer a governança rural e a acção local que apoie todo o processo e permita a participação activa das comunidades locais, organizações de agricultores e cooperativas na formulação e implementação de políticas

3. Promover a tomada de decisões com base em dados concretos e a responsabilização mútua. As principais acções incluem:

- Estabelecer um sistema de apoio ao conhecimento dos sistemas agro-alimentares para melhorar a qualidade dos dados e simplificar a gestão dos dados a nível nacional, regional e continental
- Promover mecanismos de responsabilização mútua, incluindo processos aprimorados de supervisão e relatórios, como o BR, para garantir que todas as partes interessadas – de altos funcionários do governo a pequenos agricultores – sejam responsabilizadas por seus papéis e compromissos no sistema agro-alimentar
- Melhorar a recolha de dados e os métodos analíticos para melhor informar as decisões políticas e melhorar a governação global e a eficácia dos sistemas agro-alimentares.
- Reforçar a capacidade dos sistemas nacionais e regionais de investigação e estatística para gerar e utilizar elementos de prova que facilitem uma melhor tomada de decisões
- Institucionalizar as Revisões de Sistemas Conjuntos (RSC) agro-alimentares a nível local, subnacional, nacional e regional e envolver todas as partes interessadas, incluindo grupos vulneráveis
- Desenvolver e fortalecer sistemas de monitoramento e avaliação (M&A) para CAADP para apoiar estruturas de governança adaptativas e responsivas
- Desenvolver uma estratégia de comunicação robusta a todos os níveis, através da qual serão criadas e divulgadas mensagens sobre mudança de mentalidade;
- Desenvolver capacidades institucionais, técnicas e de recursos humanos para comunicações e advocacy eficazes
- Criar um "Radar de Políticas" continental e regional para facilitar o intercâmbio de boas práticas e lições aprendidas, assegurando simultaneamente actualizações regulares sobre o custo da fome em África

Principais resultados

Os principais resultados incluem um conselho consultivo de sistemas agro-alimentares estabelecido e operacional, um orçamento do sistema agro-alimentar aprovado através de processos parlamentares, um quadro melhorado de harmonização e alinhamento de políticas e mecanismos e estruturas para um melhor planeamento, implementação e aprendizagem baseados em dados concretos.

Resultados Intermediários

Os resultados intermédios esperados destes esforços incluem uma maior apropriação das partes interessadas, um maior interesse e participação das partes interessadas na definição e implementação de agendas, um melhor planeamento baseado em dados concretos e responsabilização mútua, bem como o reforço da capacidade institucional para produzir resultados a longo prazo. Outros resultados incluem uma maior coerência política, um melhor alinhamento das políticas nacionais e regionais com as metas e objectivos estratégicos do CAADP e o reforço da capacidade institucional. Em última análise, estes esforços conduzirão ao estabelecimento de estruturas de governação sustentáveis e resilientes, capazes de impulsionar o crescimento e o desenvolvimento a longo prazo no sector agro-alimentar de África.

5. Reforçar a implementação e a coordenação do CAADP

A Estratégia e o Plano de Acção do CAADP procuram melhorar a implementação da agenda do CAADP e enfrentar os desafios críticos que se colocam à transformação dos sistemas agrícolas e alimentares no continente. Apesar dos avanços na priorização da agricultura, o ritmo lento de implementação da Declaração CAADP de Malabo é atribuído à fraca governança, capacidade limitada e envolvimento inadequado das partes interessadas. O subfinanciamento e as baixas dotações orçamentais, a gestão ineficaz dos conhecimentos e a falta de coordenação impedem ainda mais o alinhamento dos planos nacionais de investimento agro-alimentar com objectivos de desenvolvimento mais amplos e a consecução de metas globais. As fracas responsabilizações a nível nacional e regional também têm de ser abordadas, juntamente com mecanismos de incentivo. Para ultrapassar estes obstáculos, a estratégia coloca a tônica no reforço da capacidade institucional e humana, na promoção de parcerias público-privadas, na melhoria dos sistemas de dados e de informação e na promoção da cooperação regional. Ao aumentar a apropriação nacional, optimizar os sistemas administrativos existentes e reforçar os quadros legislativos, a estratégia visa criar estruturas de implementação sólidas e sustentáveis. As principais intervenções neste domínio são discutidas nesta secção.

Reforço da Capacidade Institucional e Humana a todos os níveis (Nacional, Regional e Continental)

A implementação eficaz da agenda do CAADP depende de instituições sólidas e pessoal qualificado. O reforço da capacidade humana e institucional é essencial para alinhar os planos nacionais de investimento agro-alimentar com objectivos de desenvolvimento mais amplos e melhorar a execução global do programa. As fracas capacidades institucionais e humanas a nível nacional, regional e continental dificultam a implementação. As principais intervenções prioritárias incluem:

- Reforçar as principais instituições de execução, dotando-as de recursos financeiros adequados e de conhecimentos técnicos especializados
- Investir na elevação acentuada da competência técnica, na ampliação do acesso a equipamentos, infra-estrutura laboratorial e institucional, bem como na criação de políticas, instrumentos regulatórios necessários para avanços suficientes em ciência e tecnologia, em áreas emergentes de dados geoespaciais, biotecnologia e inteligência artificial
- Estabelecimento de modelos baseados em parcerias público-privadas para o desenvolvimento do capital humano, a inovação tecnológica, as infra-estruturas comerciais, o desenvolvimento do mercado e o acesso ao financiamento
- Mobilizar e apoiar centros locais de especialização para melhorar os dados e as capacidades analíticas para evidências oportunas e relevantes para orientar o design e a implementação de políticas e programas
- Reforçar as capacidades das plataformas de responsabilização mútua para levar a cabo processos de revisão baseados em dados concretos, abrangentes e inclusivos

Promover a Coordenação e a Colaboração

A implementação eficaz do sistema agro-alimentar a nível nacional exigirá uma forte colaboração entre os diferentes ministérios, departamentos e agências governamentais (MDA), desempenhando cada um o seu papel para alcançar objectivos comuns. Tal exige uma liderança central forte ao mais alto nível para assegurar o cumprimento por parte dos AMD. O Gabinete do Presidente ou o Gabinete do Primeiro-Ministro tem de assumir esta responsabilidade. O reforço dos mecanismos de coordenação e a promoção de parcerias a todos os níveis criará sinergias, optimizarão a utilização dos recursos e acelerarão o progresso no sentido de alcançar os objectivos e metas do CAADP. A coordenação e colaboração inadequadas das partes interessadas dificultam a implementação do CAADP. As principais intervenções incluirão:

- Fortalecer parcerias e colaboração entre as principais partes interessadas, parceiros de desenvolvimento e o sector privado
- Fortalecer as plataformas de diálogo, coordenação, aprendizagem e prestação de contas entre as várias partes interessadas a nível nacional
- Reforçar os mecanismos de coordenação regional e as parcerias com as agências regionais
- Reforçar a coordenação e a capacidade técnica das instituições da UA (CUA, AUDI-NEPAD e comunidades económicas regionais).

Mobilização de Recursos e Sustentabilidade Financeira

Um financiamento adequado e sustentável é essencial para o êxito da implementação do CAADP. Diversificar as fontes de financiamento, optimizar a alocação de recursos e alavancar parcerias público-privadas são fundamentais para garantir a sustentabilidade financeira das iniciativas agrícolas. O

subfinanciamento e a falta de fiabilidade da dotação orçamental dificultam a execução. As intervenções incluirão:

- Desenvolver parcerias estratégicas e desenvolver a capacidade das principais organizações nacionais, do sector financeiro e do sector privado para mobilizar recursos
- Assegurar uma afectação equilibrada de financiamento a todos os objectivos estratégicos do plano nacional de investimento agro-alimentar

6. Recursos para a Estratégia e o Plano de Acção do CAADP

Os recursos para a implementação da estratégia e do plano de acção do CAADP a nível nacional são da responsabilidade dos Estados-Membros da UA. Fá-lo-ão mobilizando recursos financeiros internos e externos para investir nas prioridades dos seus planos nacionais de investimento em sistemas agro-alimentares (PNIA). A afectação de recursos aos PNIA será efectuada através dos ciclos orçamentais anuais, seguindo o procedimento aplicado em cada Estado-Membro.

As instituições continentais (CUA, AUD-NEPAD e CER necessitarão igualmente de recursos) que lhes permitam prestar apoio aos Estados-Membros. O apoio das organizações continentais inclui: (i) apoio técnico para a domesticação da declaração Kampala CAADP em PNIA; (ii) convocação do Comité Técnico Especializado (CTE) para a Agricultura, o Desenvolvimento Rural, a Água e o Ambiente (ADRAA) para receber orientações políticas durante a implementação; (iii) acompanhamento e apresentação de relatórios através do mecanismo de revisão bienal do CAADP; (iv) comunicação e defesa; e (v) reforço das capacidades dos Estados-Membros através de programas de formação especializada. As principais intervenções são:

Reforçar o financiamento público para a execução

A implementação da Estratégia e do Plano de Acção CAADP exigirá um apoio significativo dos Estados-Membros através dos seus orçamentos nacionais. No entanto, a experiência da era Malabo mostra que o financiamento público para a agricultura muitas vezes fica aquém da meta de 10%. Para resolver esta questão, a UA incentivará os Estados-Membros a aumentarem os investimentos na transformação dos sistemas agro-alimentares. Uma parte crucial deste processo envolverá trabalhar em estreita colaboração com os governos nacionais para enfatizar a importância dos sistemas agro-alimentares nas agendas nacionais de desenvolvimento. As análises das despesas públicas (ADP) devem ser realizadas em todos os Estados-Membros para avaliar a eficiência e a eficácia das despesas públicas nos sistemas agro-alimentares. Os PER contribuirão igualmente para identificar as zonas com maior retorno dos investimentos, dadas as limitações de recursos a nível nacional.

Criação de um Financiamento Especial para Instituições Continentais

Para apoiar eficazmente a implementação da Estratégia e do Plano de Acção do CAADP, é essencial a criação de um fundo especial. Este fundo destinar-se-ia a

reunir recursos de várias fontes, incluindo os Estados-Membros, os parceiros de desenvolvimento e o sector privado, especificamente para a CUA, a AUDANEPAD e as CER. Este fundo deve ter uma estrutura flexível que lhe permita dar resposta a várias necessidades, desde o reforço das capacidades ao apoio a projectos, e responder rapidamente a desafios emergentes. Uma capitalização inicial por parte dos Estados-Membros, combinada com contribuições de doadores internacionais, poderia assegurar a sustentabilidade e a eficácia do fundo. A governação deste veículo deve ser transparente, com mecanismos de responsabilização claros para garantir que os fundos são utilizados de forma eficiente e para os fins pretendidos.

Apoio aos processos de implementação a nível nacional

A transformação dos sistemas agro-alimentares de África será realizada principalmente através de iniciativas e projectos implementados a nível nacional. Os países são onde as políticas são postas em prática, as infra-estruturas são construídas, as práticas agrícolas são melhoradas e os sistemas alimentares são reforçados. Isto garante que as intervenções são específicas do contexto e adaptadas às necessidades e desafios específicos de cada país. Além disso, reforça a apropriação nacional das iniciativas, uma vez que é mais provável que os países se comprometam a participar em projectos que tenham tido um papel directo na concepção e execução.

A implementação bem-sucedida da Estratégia e do Plano de Acção da CAADP depende de uma estratégia de recursos robusta e diversificada. Ao reforçar o financiamento público, criar um fundo especial, alavancar as contribuições dos doadores para o desenvolvimento de capacidades, aumentar o envolvimento de várias partes interessadas, incorporar financiamento verde e mobilizar receitas da exploração mineral, a UA pode garantir que entidades como a CUA, AUDANEPAD e CER tenham o apoio de que necessitam para apoiar os Estados-Membros.

Alavancar o financiamento dos doadores para o reforço das capacidades e a assistência técnica

O financiamento dos doadores tem desempenhado historicamente um papel significativo no apoio a várias iniciativas no sector agrícola africano. No entanto, na era CAADP pós-Malabo, é crucial mudar o foco das contribuições dos doadores para o reforço da capacidade das entidades de execução, em vez de apenas para o financiamento de projectos. Esta mudança ajudará a garantir que os Estados-Membros, a CUA, AUDANEPAD e CER tenham as competências, os conhecimentos e os recursos necessários para impulsionar a transformação dos sistemas agro-alimentares. Para alcançar este objectivo, a UA trabalhará com parceiros de desenvolvimento para criar programas personalizados que reforcem a capacidade institucional, forneçam assistência técnica e aumentem a eficiência operacional dessas entidades. Tal poderá incluir programas de formação, plataformas de partilha de conhecimentos e a disponibilização de ferramentas e

recursos técnicos que permitam uma implementação mais eficaz da estratégia e do plano de acção.

Reforçar a participação do sector privado no apoio à execução

O sector privado será central para a implementação da estratégia e do plano de acção do CAADP. Os investimentos do sector privado serão o que impulsionará a transformação dos sistemas agro-alimentares em África. A mobilização do sector privado será fundamental. Os investimentos do sector público devem incluir os domínios que criem um ambiente propício ao investimento do sector privado em sistemas agro-alimentares. Isso pode ser feito por meio de parcerias público-privadas focadas em áreas como desenvolvimento de infra-estrutura, transferência de tecnologia e capacitação. Entidades do sector privado, incluindo corporações e organizações filantrópicas podem fornecer financiamento, experiência e apoio logístico para várias actividades de implementação. Incentivar o sector privado a contribuir para o fundo especial seria também um passo estratégico para garantir fontes de financiamento diversificadas e sustentáveis.

Incorporar o financiamento verde no apoio à implementação

A transição para uma agricultura sustentável e climaticamente inteligente é um pilar central da Estratégia e do Plano de Acção do CAADP. Por conseguinte, a incorporação do financiamento verde na estratégia de recursos é essencial, tanto para cobrir os investimentos directos como para apoiar os esforços de implementação das principais entidades. O financiamento verde pode ser utilizado para financiar iniciativas que reforcem a capacidade dos Estados-Membros, da CUA, AUDA-NEPAD e CER para implementar práticas agrícolas inteligentes em termos climáticos em todo o continente. O acesso a fundos verdes internacionais, como o Fundo Verde para o Clima e outros mecanismos semelhantes, pode fornecer o apoio financeiro muito necessário para que essas entidades implementem projectos relacionados ao clima. Isto permitir-lhes-á integrar melhor a sustentabilidade nas suas estratégias e operações, alinhando-se assim com as tendências globais para a sustentabilidade ambiental.

7. Sistema de Apoio à Gestão do Conhecimento CAADP

O principal objectivo do sistema de apoio à gestão do conhecimento para a Estratégia e Plano de Acção do CAADP e a Declaração CAADP de Kampala é fornecer, armazenar, recuperar, disseminar e incentivar o uso de dados, informações e conhecimentos de alta qualidade e oportunos para ajudar na tomada de decisões, planejamento de políticas e implementação da transformação do sistema agro-alimentar. O sistema de gestão e apoio ao conhecimento facilitará a aprendizagem contínua, apoiará a tomada de decisões com base em dados concretos e promoverá uma cultura de transparência e responsabilização entre as partes interessadas. As áreas de intervenção incluirão o reforço dos processos de gestão do conhecimento, responsabilização mútua, monitorização e avaliação, sistemas de relatórios, sistemas de disseminação e comunicação e advocacia. Os sistemas existentes a nível nacional, regional e continental serão reforçados para

garantir que a implementação de políticas e programas seja continuamente baseada em evidências.

O principal objectivo para os próximos dez anos de gestão do conhecimento, responsabilidade mútua e relatórios do CAADP é ter sistemas institucionalizados, escaláveis e robustos de gestão de dados e prestação de contas mútua do CAADP. Governados pelos Estados-Membros da UA, estes sistemas fornecerão dados abrangentes, de qualidade, fiáveis e credíveis, abordando as necessidades de informação dos sistemas agro-alimentares para a tomada de decisões baseadas em dados concretos e investimentos direcionados.

O fortalecimento da gestão do conhecimento será realizado nas seguintes áreas: a) encontrar o conhecimento existente, b) criar novos conhecimentos, c) armazenar e embalar o conhecimento criado e d) compartilhar o conhecimento e garantir seu uso. O fortalecimento da colecta de dados, os mecanismos de garantia de qualidade, o processo de validação e a finalização do relatório CAADP RB são os componentes-chave nesta área de intervenção. O hub responsável por garantir dados, informações e armazenamento e recuperação de dados abrangentes e confiáveis é o actual sistema electrónico CAADP RB (eRB), que será fortalecido e melhorado.

O reforço da responsabilização mútua será feito através de mecanismos como as CER, o Sistema Regional de Análise Estratégica e Apoio ao Conhecimento, o Evento de Aprendizagem Política de Kampala (anteriormente Malabo) e diálogos sobre o relatório CAADP RB. No entanto, subsistem desafios. O envolvimento das partes interessadas enfrenta frequentemente limitações de financiamento e uma participação desigual das partes interessadas.

Fortalecimento da estrutura de fusões e aquisições: O sistema de fusões e aquisições será usado para produzir o relatório CAADP RB. Tal basear-se-á em dados agregados a nível nacional, que serão revistos e comunicados utilizando os indicadores acordados para acompanhar os progressos. Os sistemas de M&E serão construídos com base na abordagem de gestão baseada em resultados, que visa apoiar a tomada de decisões em direcção aos objectivos mencionados na Seção 5. A estratégia será revista após cinco anos de implementação e será avaliada no final dos dez anos para fundamentar a formulação da quarta fase do CAADP (2036-2045).

Fortalecimento dos sistemas de relatórios: O principal objectivo dos relatórios é manter as partes interessadas informadas sobre o desempenho real, incluindo o progresso em direcção às metas e realizações acordadas. Os relatórios também destacam desafios, riscos e utilização de recursos. As principais fontes de dados e informações para o relatório CAADP RB são o processo de monitoramento e o sistema eBR. O sistema de M&E produzirá os relatórios de revisão periódica como uma continuação dos relatórios Malabo CAADP RB, acompanhando o impacto dos mecanismos de implementação, como os PNIA e, posteriormente, usando essas

informações para tomar decisões informadas e melhorar o planejamento e a implementação futuros.

Implantação de um nível mínimo de capacidade em cada nível: O sistema de fusões e aquisições deve alavancar esforços em níveis continental, regional e nacional para medir o desempenho e auxiliar a gestão baseada em resultados para todo o CAADP. Espera-se também que cada Estado-Membro tenha a capacidade mínima e uma equipe de M&A de nível nacional designada pelo governo para gerar, armazenar, transferir e usar (colectar, sintetizar, gerenciar e relatar) dados de medição de desempenho para investimentos CAADP sob sua supervisão directa. Os esforços de M&A nos três níveis da União Africana serão apoiados por (1) os sistemas de apoio ao conhecimento em toda a África, (2) especialistas técnicos, (3) especialistas BR existentes e (4) plataformas digitais robustas. Tal deve incluir a criação de parcerias adequadas para melhorar a criação, o armazenamento e a recuperação, a partilha e a utilização de conhecimentos.

8. Melhorar a comunicação e a defesa do CAADP

A comunicação e a defesa eficazes serão um pilar fundamental da estratégia e do plano de acção do CAADP. Para facilitar a comunicação dos resultados das revisões bienais do CAADP RB, foi desenvolvido um Kit de Ferramentas de Comunicação CAADP RB, mas seu uso tem sido limitado. Trata-se de um instrumento útil que será reforçado nesta fase. Outras estratégias de comunicação e defesa para os próximos dez anos do CAADP incluirão o desenvolvimento de uma estratégia abrangente de comunicação e defesa para a Declaração CAADP de Kampala; estabelecer e institucionalizar a capacidade de comunicação e advocacia em todos os níveis: nacional, regional e continental; adopção de tecnologias avançadas de comunicação e advocacia; reforçar a estrutura e a capacidade dos campeões do CAADP através da transferência dos níveis continental para regional, nacional e local; e reforçar a capacidade a nível regional e nacional em matéria de comunicação e actividades de sensibilização.

COMUNICAÇÃO

As intervenções propostas para a comunicação incluem:
Desenvolvimento da Estratégia de Comunicação

- Desenvolver e implementar uma estratégia abrangente de Comunicação e Advocacia do CAADP.
- Estabelecer uma Unidade de Comunicação na CUA e AUDA-NEPAD com pessoal relevante (responsável multimédia, direitos de autor, criador de conteúdos, etc.) para implementar a estratégia.
- Recrutar e manter uma agência de comunicação 360 externa para apoiar a equipe interna com criação de conteúdo, relações-públicas, audiovisual, impresso e campanhas de redes sociais.

Capacitação e Engajamento

- Formar os principais especialistas do CAADP em comunicações através de fóruns consultivos, seminários e formação dos meios de comunicação social.
- Desenvolver capacidades entre os ministros e os responsáveis pela comunicação parlamentar para melhorar a implementação eficaz do CAADP e garantir que os decisores políticos estão bem informados.

Divulgação e Ligação em rede

- Alavancar eventos estatutários e importantes da UA (por exemplo, Dia Africano da Segurança Alimentar e Nutricional, Dia Mundial da Alimentação) para alcançar as principais partes interessadas.
- Criar e fortalecer redes estratégicas, como a Rede de Jornalistas CAADP e Principais Influenciadores, para amplificar o impacto.
- Desenvolver uma estratégia direcionada de envolvimento dos meios de comunicação social que identifique os principais jornalistas, editores e meios de comunicação, delineando objectivos e tácticas para uma interacção eficaz com os meios de comunicação social.

Advocacia

As intervenções incluirão:

Estratégias de Advocacia e Engajamento

- Desenvolver uma estratégia de advocacia para o CAADP que delineie as principais abordagens e objectivos.
- Fortalecer a estrutura e a capacidade campeã do CAADP através da transferência dos níveis continental para regional, nacional e local.
- Envolver actores não estatais (EANE) em esforços de advocacia e actividades de conscientização relacionadas aos compromissos do CAADP, fornecendo plataformas para diálogo e parcerias.

Estruturas e Processos Colaborativos

- Redesenhar processos e produtos CAADP existentes (por exemplo, CAADP PP, MAPLE, JSR) como plataformas estratégicas de comunicação, prestação de contas e aprendizagem.
- Tornar a divulgação dos relatórios BR aos parlamentos uma obrigação legal para os Estados-Membros assegurarem a prestação de contas.
- Incentivar os governos a estabelecer unidades nacionais de coordenação do CAADP lideradas por altos funcionários para coordenar os esforços de defesa e implementação.

Envolvimento do sector privado e da sociedade civil

- Desenvolver uma estratégia abrangente de envolvimento do sector privado para alavancar recursos financeiros, experiência e influência para parcerias estratégicas.
- Facilitar fóruns e seminários capacitando ONGs locais e grupos de defesa para dar voz às necessidades da comunidade e promover a tomada de decisões participativas nas políticas agrícolas.
- Apoiar o estabelecimento de um conselho consultivo agrícola liderado pelo sector privado para fornecer orientação estratégica e apoio aos governos e partes interessadas.

Gestão e Mitigação de Riscos

A estratégia CAADP pós-Malabo terá uma duração de dez anos, 2026-2035. O seu êxito basear-se-á em determinados pressupostos. Dado o horizonte de longo prazo, muitos riscos e incertezas podem afectar o posicionamento estratégico da agenda de transformação dos sistemas agro-alimentares para cumprir os seus objectivos. Há choques socioeconómicos, ambientais e outros externos que podem surgir, o que exigirá que a estratégia seja suficientemente ágil para responder a tais desenvolvimentos imprevistos. A estratégia exigirá, por conseguinte, uma adaptação institucional às mudanças num contexto complexo e em rápida mutação.

Os principais riscos e incertezas terão de ser identificados e delineados juntamente com as respectivas medidas de atenuação.

As principais intervenções para assegurar uma melhor gestão dos riscos incluem:

- Identificar riscos potenciais (por exemplo, instabilidade política, alterações climáticas) e criar mecanismos para lidar ou mitigar esses riscos
- Identificar precocemente crises sanitárias, como pandemias ou epidemias, e desenvolver mecanismos para minimizar impactos negativos.
- Identificar e abordar as desigualdades ou preconceitos de género e as normas sociais restritivas podem limitar o acesso das mulheres e dos jovens à educação, aos recursos e aos processos de tomada de decisão, impedindo-os assim de participar plenamente e de beneficiar ou participar em actividades ou iniciativas agrícolas.
- Estruturas de governação fracas e capacidade institucional limitada podem impedir a implementação eficaz de políticas e programas agrícolas. Desenvolver programas para fortalecer os mecanismos de governança
- Sistemas de posse da terra desiguais e acesso limitado a recursos produtivos como terra, água e sementes podem marginalizar certos grupos.

Desenvolver programas para garantir o acesso equitativo à terra para jovens, homens e mulheres.

- Infra-estruturas rurais inadequadas, como estradas, instalações de armazenamento e mercados, podem dificultar a circulação eficiente de mercadorias e o acesso aos mercados. O governo deve consertar a infra-estrutura necessária para os sistemas agro-alimentares.
- A indisponibilidade de dados fiáveis, dados inexactos e sistemas de monitorização eficazes pode dificultar a avaliação dos progressos no sentido da consecução dos objectivos de inclusão. Invista em sistemas de dados para minimizar o impacto deste risco.
- **Fontes de dados relevantes a nível nacional e sensíveis ao tempo**, que se baseiam na experiência adquirida com a monitorização do sexto compromisso da Declaração de Malabo, apela ao reforço da disponibilidade de um conjunto abrangente de informações e indicadores sobre as capacidades de resiliência dos agregados familiares. É necessário investir no acompanhamento do progresso na resiliência das famílias e comunidades, determinando quais acções de construção de resiliência funcionam melhor e onde isso pode ajudar governos e parceiros a identificar e implementar intervenções de resiliência que ressoem com as necessidades das comunidades.
- **Investir numa paz duradoura** porque é essencial na construção de sistemas agro-alimentares resilientes locais e globais, influenciando a produção agrícola, a segurança alimentar, o acesso ao mercado, o investimento, a resiliência e a coesão social. Estabelecer e manter a paz é fundamental para permitir investimentos duradouros que libertem todo o potencial dos sistemas agro-alimentares africanos.
- A Declaração CAADP de Kampala terá de enfatizar o estabelecimento de mecanismos de resolução de conflitos a nível comunitário, ao mesmo tempo que fortalece os mercados locais e as cadeias de valor.
- **Seguros domésticos** e medidas que protejam seus mecanismos de enfrentamento a choques, permitindo o acesso a serviços de saúde para mitigar o impacto de choques de saúde em seus meios de subsistência, serão fundamentais para aumentar a resiliência das comunidades.
- Melhorar os sistemas de vigilância da saúde pública para detectar e responder a ameaças para a saúde – incluindo as provenientes de origens zoonóticas. Será igualmente importante reforçar as medidas de segurança alimentar para evitar choques sanitários relacionados com doenças de origem alimentar.
- **Os recursos financeiros** serão fundamentais para alcançar os objectivos de resiliência da agenda CAADP pós-Malabo. Inclui a promoção de novos instrumentos financeiros e abordagens criativas para a inclusão, a fim de garantir que as famílias têm acesso ao crédito e a facilidades de poupança para amortecer os choques económicos.

- Será necessário desenvolver e acompanhar a implementação de políticas para estabilizar os mercados de alimentos e evitar a volatilidade dos preços para facilitar o comércio e garantir um fornecimento estável de alimentos e insumos agrícolas.
- **O desenvolvimento das capacidades** dos governos africanos para formular medidas políticas centradas na resiliência é um passo crítico, uma prioridade da estratégia e do plano de acção do CAADP. A integração de políticas centradas na resiliência traduzir-se-á em acções operacionais lideradas por várias partes interessadas no sentido de sistemas agro-alimentares sustentáveis.

Anexo 1: Plano de Acção CAADP: 2026-2035

O Plano de Acção CAADP 2026-2035 apresenta propostas de actividades para alcançar os objectivos estratégicos identificados e descritos no Plano Estratégico CAADP. Pretende-se que seja uma matriz viva destinada a orientar todos os actores e partes interessadas a nível continental, regional e nacional a adoptar e desenvolver os respectivos planos operacionais para a implementação bem-sucedida do Plano Estratégico CAADP 2026-2035 e da Declaração CAADP de Kampala. O Plano de Acção CAADP destina-se a ser utilizado por todos os intervenientes para rever os seus planos de investimento em sistemas agro-alimentares para os próximos 10 anos, orientando simultaneamente a sua agenda de monitorização, avaliação e aprendizagem. A revisão bienal continental do CAADP continuará a ter lugar e os indicadores para medir o progresso na consecução da Declaração CAADP de Kampala serão guiados pelas informações deste Plano de Acção do CAADP. Os actuais 59 indicadores da Declaração CAADP de Malabo serão revistos e alinhados com os actuais seis objectivos estratégicos. As partes interessadas são incentivadas a adoptar e adaptar as secções relevantes deste Plano de Acção do CAADP aos seus mandatos e necessidades institucionais e a contribuir para as metas e objectivos gerais da Estratégia e Plano de Acção do CAADP 2026-2035 e da Declaração CAADP de Kampala.

| Principais Intervenções | Principais actividades | Entidades responsáveis | Entidades de Apoio | Calendário |
|---|--|--|---|------------|
| Objectivo Estratégico 1: Intensificar a Produção Sustentável de Alimentos, a Agroindustrialização e o Comércio | | | | |
| Produção Sustentável de Alimentos: Fortalecer e garantir sistemas de entrada funcionais | <p>1. Sistemas de sementes</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Envolver as partes interessadas através de consultas regionais para identificar necessidades e desafios específicos nos sistemas de sementes e recolher contributos para intervenções personalizadas. ● Fortalecer e fazer cumprir os padrões de qualidade de sementes e processos de certificação para garantir a disponibilidade de sementes de alta qualidade no mercado. | CUA, CER, Estados-Membros e sector privado | Instituições de investigação, parceiros de desenvolvimento, intervenientes não estatais | Ano 1 |

| | | | | |
|--|---|---|--|-----------|
| | <ul style="list-style-type: none"> ● Implementar e apoiar programas focados na multiplicação e distribuição de variedades de sementes melhoradas. ● Aumentar o envolvimento em sistemas de entrada por mulheres e jovens como actores chave nas cadeias de fornecimento de insumos | | | |
| | <p>2. Sistemas de fertilizantes</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Implementar programas de treinamento sobre as melhores práticas para aplicação de fertilizantes, incluindo o uso de tecnologias de agricultura de precisão. ● Fortalecer a cadeia de abastecimento e as redes de distribuição para garantir o acesso oportuno e acessível a fertilizantes para todos os agricultores. ● Promover o uso de orgânicos e biofertilizantes através de educação e incentivos, contribuindo para a agricultura sustentável. ● Implementar ou melhorar programas de subsídios para tornar os fertilizantes mais acessíveis para os pequenos agricultores. ● Aumentar a capacidade de | <p>CUA, CER, Estados-Membros e sector privado</p> | <p>Instituições de investigação, parceiros de desenvolvimento, sociedade civil, organizações profissionais</p> | 2026-2035 |

| | | | | |
|--|---|--|---|-----------|
| | produção local de fertilizantes para torná-los mais disponíveis e acessíveis aos pequenos agricultores | | | |
| | <p>3. Sistemas de alimentos para animais e forragens</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Investir em I&D para melhorar as variedades de culturas forrageiras que sejam mais resilientes e tenham maior valor nutricional. ● Promover fontes alternativas de alimentação e recursos alimentares disponíveis localmente para reduzir a dependência de fontes de alimentação tradicionais. ● Treinar os aquicultores e pecuaristas sobre práticas adequadas de manejo de rações e forragens para optimizar a saúde e produtividade dos peixes e dos animais. | CUA, Estados-Membros, instituições de investigação e sector privado | Parceiros de desenvolvimento, sociedade civil, organizações profissionais | 2026-2035 |
| | <p>4. Serviços de polinização</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Apoiar iniciativas de apicultura para melhorar os serviços de polinização e fornecer fontes de rendimento adicionais aos agricultores. ● Sensibilizar para a importância dos polinizadores para a produtividade agrícola e técnicas de gestão integrada de pragas que | Estados-Membros, CER, organizações de apicultores e instituições de investigação | Parceiros de desenvolvimento, sociedade civil, organizações profissionais | Ano 1 |

| | | | | |
|--|--|--|---|-----------|
| | <p>minimizem o impacto dos pesticidas nos polinizadores.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Proteger e restaurar habitats críticos para os polinizadores, como prados de flores silvestres e sebes. | | | |
| | <p>5. Serviços de Extensão Agrícola</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a capacidade dos agentes de extensão para utilizar tecnologias agrícolas emergentes e melhores práticas. • Alavancar plataformas digitais para ampliar o alcance de serviços de extensão, particularmente em áreas remotas. • Estabelecer escolas de campo para agricultores onde os agricultores possam aprender fazendo, compartilhar conhecimento e aplicar novas técnicas em tempo real. • Fortalecer as parcerias público-privadas para melhorar a prestação de serviços de extensão. | <p>Estados-Membros, sector privado</p> | <p>CUA, CER, instituições de investigação, parceiros de desenvolvimento</p> | 2026-2035 |
| | <p>6. Rega e Gestão da Água</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover tecnologias de irrigação eficientes. • Treinar os agricultores sobre práticas de conservação de água, incluindo a captação de água da | <p>Estados-Membros, sector privado</p> | <p>CUA, instituições de investigação, parceiros de desenvolvimento</p> | 2026-2035 |

| | | | | |
|---|--|--|--|-----------|
| | <p>chuva e o cultivo de culturas resistentes à seca.</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Investir na reabilitação e ampliação das infra-estruturas de rega existentes para melhorar o acesso e a eficiência da utilização da água. ● Desenvolver e aplicar políticas e regulamentos que promovam o uso sustentável da água na agricultura. ● Promover o uso de recursos hídricos não convencionais. | | | |
| Fortalecer a adopção de práticas agrícolas sustentáveis. | <p>1. Agricultura de conservação</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Realizar workshops e demonstrações de campo sobre práticas de agricultura de conservação. ● Promoção de iniciativas de saúde do solo. ● Fornecer incentivos financeiros ou subsídios para incentivar os agricultores a adoptarem práticas de agricultura de conservação. ● Parcerias com organizações não governamentais e instituições de pesquisa para promover e apoiar a adopção da agricultura de conservação e a promoção de práticas agro-ecológicas. | <p>Estados-Membros, sector privado e CER</p> | <p>CUA, CER, AUDANEPAD, instituições de investigação, parceiros de desenvolvimento</p> | 2026-2035 |

| | | | | |
|--|---|---|--|---|
| | <p>2. Ferramentas e abordagens digitais</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Criar e promover plataformas digitais que forneçam aos agricultores dados em tempo real sobre o clima, preços de mercado, surtos de pragas e melhores práticas agrícolas. ● Desenvolver aplicações móveis que ofereçam aconselhamento personalizado sobre gestão de culturas, controlo de pragas e saúde do solo. ● Criar comunidades online onde os agricultores possam trocar informações, partilhar boas práticas e colaborar em desafios comuns. ● Programas de apoio para fechar a lacuna de tecnologia digital de género | <p>Estados-Membros, CER, CUA, AUDANEPAD</p> | <p>CUA, CER, AUDANEPAD, instituições de investigação, parceiros de desenvolvimento</p> | <p>Ano 1 e contínuo durante os primeiros anos da estratégia</p> |
| | <p>3. Promoção dos produtos florestais não lenhosos</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Mapear e inventariar PFNL em diferentes regiões para identificar potenciais recursos e oportunidades. ● Apoiar o desenvolvimento de mercados para PFNL através de análise inclusiva da cadeia de valor, desenvolvimento de produtos e iniciativas de marketing. | <p>Estados-Membros, sociedade civil, organizações profissionais</p> | <p>CUA, AUDANEPAD, instituições de investigação, parceiros de desenvolvimento</p> | <p>Ano 2, contínuo ao longo do período da estratégia</p> |

| | | | | |
|--|---|--------------------------------------|---|-------|
| | <ul style="list-style-type: none"> Promover a integração de PFNL com sistemas agro-florestais para aumentar a biodiversidade e fornecer fluxos de renda adicionais para os agricultores | | | |
| | <ol style="list-style-type: none"> 1. Formulação e reforço de políticas <ul style="list-style-type: none"> Actualizar/fortalecer/desenvolver políticas e estruturas que apoiem a adopção e integração de tecnologias emergentes, garantindo alinhamento com padrões nacionais e internacionais. | Estados-Membros, sector privado, CER | CUA, CER, instituições de investigação, parceiros de desenvolvimento, sector privado | Ano 1 |
| Criar um ambiente político propício ao funcionamento eficiente dos sistemas, incluindo tecnologias emergentes, biotecnologia, inteligência artificial, digitalização, agricultura de precisão e desenvolvimento de novos sistemas | <ol style="list-style-type: none"> 2. Envolvimento das partes interessadas <ul style="list-style-type: none"> Convocar diálogos multilaterais para recolher contributos e chegar a um consenso sobre as orientações políticas. Lançar campanhas de sensibilização do público sobre os benefícios, riscos e considerações éticas relacionadas com as tecnologias emergentes. 3. Promoção de parcerias público-privadas <ul style="list-style-type: none"> Estabelecer fóruns e redes que reúnam entidades públicas e privadas para fomentar a | Estados-Membros, do sector privado | CER, CUA, AUDANEPAD, instituições de investigação, parceiros de desenvolvimento, sector privado | Ano 1 |
| | | Estados-Membros, do sector privado, | CER, CUA, AUDANEPAD, parceiros de desenvolvimento | Ano 1 |

| | | | | |
|---------------------------------|---|---|---|-------|
| através da investigação. | <p>colaboração no desenvolvimento e comercialização de tecnologia.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criar incentivos financeiros, tais como isenções fiscais, subvenções ou subsídios, para incentivar o investimento do sector privado em I&D e a comercialização de tecnologias emergentes. | | | |
| | <p>4. Reforço de Capacidades e Formação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implementar formação direcionada para decisores políticos, reguladores e profissionais da indústria sobre os aspectos regulamentares e práticos das tecnologias emergentes. • Reforçar as capacidades das entidades reguladoras para gerir e supervisionar eficazmente a implementação de novas tecnologias. | Estados-Membros, CUA, AUDA-NEPAD, CER, Instituições de Investigação | Parceiros de desenvolvimento, sector privado, organizações profissionais, cooperativas, associações | Ano 1 |
| | <p>5. Desenvolvimento de infra-estruturas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoiar o desenvolvimento de infra-estruturas digitais, tais como internet de alta velocidade e centros de dados, bem como instalações físicas de investigação equipadas para trabalhos científicos e tecnológicos | Estados-Membros, CUA, AUDA-NEPAD, REC | Instituições de investigação, parceiros de desenvolvimento | Ano 1 |

| | | | | |
|--|--|---|--|--|
| | <p>avançados.</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Promover a mecanização e a agricultura de precisão para melhorar a produtividade e a sustentabilidade. | | | |
| Estimular o crescimento, a competitividade e a sustentabilidade das empresas, com foco nas PMEs | <ul style="list-style-type: none"> ● Desenvolver e implementar políticas, estruturas, regulamentos e programas para a criação de um ambiente propício ● Promover uma reforma da política agrária que incentive os investimentos e respeite os direitos fundiários e os meios de subsistência das comunidades. ● Promover o comércio agrícola intra-africano e as cadeias de valor agrícolas regionais e continentais. ● Apoiar parcerias entre intervenientes do sector. ● Avançar com instrumentos inovadores de financiamento e gestão de riscos. ● Melhorar os serviços de energia e infra-estrutura. | <p>Estados-Membros, CER, CUA, AUDA-NEPAD, Secretariado da ZCLCA</p> | <p>Comissão Económica das Nações Unidas para África (CNUA), parceiros de desenvolvimento, associações do sector privado, investigação e meio académico</p> | Anos 1-3 |
| Integrar pequenos agricultores, mulheres e jovens em cadeias de valor e mercados regionais | <ul style="list-style-type: none"> ● Melhorar os serviços de extensão agrícola. ● Estabelecer centros de incubação e aceleradores; melhorar as competências e as capacidades das mulheres e das | <p>Estados-Membros, CER, CUA, AUDA-NEPAD, organizações de agricultores, organizações de</p> | <p>CNUA, ONU Mulheres, parceiros de desenvolvimento, associações do sector privado,</p> | Contínuo ao longo do período da estratégia |

| | | | | |
|---|--|---|---|--|
| | <p>empresas lideradas pelos jovens.</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Identificar e abordar barreiras à participação igualitária de mulheres e jovens no agro-negócio. ● Expandir o acesso das mulheres ao financiamento e a produtos financeiros adaptados, incluindo seguros agrícolas. ● Fortalecer grupos de mulheres, cooperativas e promover a agregação em federações para melhorar o acesso aos mercados intra-regionais ● Expandir a protecção social, incluindo prestar atenção ao trabalho de prestação de cuidados às mulheres. | <p>mulheres e jovens</p> | <p>investigação e academia</p> | |
| <p>Desenvolver e integrar cadeias de valor para estimular a agregação de valor ao longo de cadeias de valor inteiras</p> | <ul style="list-style-type: none"> ● Inclinar as instituições financeiras continentais e regionais para financiar a integração das cadeias de valor regionais. ● Investir em infra-estruturas de interconexão regional, incluindo ar, vias navegáveis, estradas e ferrovias, bem como sistemas de pagamento pan-africanos. ● Formular e implementar Regras de Origem que promovam a acumulação regional. | <p>Estados-Membros, CUA, AUDA-NEPAD</p> | <p>Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), AFREXIMBANK, bancos regionais de desenvolvimento, como o Banco de Desenvolvimento da África Oriental, Secretariado da ZCLCA</p> | |

| | | | | |
|--|--|--|---|--|
| | | | | |
| Aumentar a capacidade das empresas e empreendedores (com foco nas PME e nas empresas lideradas por mulheres/jovens) para cumprir os requisitos de sustentabilidade obrigatórios e voluntários | <ul style="list-style-type: none"> Desenvolver e implementar programas para sensibilizar as PME e as empresas lideradas por mulheres/jovens sobre os requisitos de sustentabilidade obrigatórios e voluntários e aumentar a sua capacidade de cumprimento. Prestar apoio técnico e financiamento a mulheres e jovens para processos de certificação em bio-agricultura nas principais cadeias de valor | Estados-Membros, CER, CUA, AUDA-NEPAD, ZCLCA | Parceiros de Desenvolvimento, Instituições de investigação, AKADEMIYA2063, a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA), associações do sector privado, organizações de agricultores, organizações de mulheres e jovens | Contínuo ao longo do período da estratégia |
| Reforçar o acesso ao mercado e a facilitação do comércio | <ul style="list-style-type: none"> Desenvolver e implementar políticas e quadros para facilitar o acesso aos mercados nacionais, regionais e internacionais, garantindo práticas comerciais justas e reduzindo as barreiras comerciais pautais e não pautais através da plena implementação da ZCLCA. Adoptar políticas afirmativas de compras e comércio que integrem mulheres e mulheres nos | Estados-Membros, CUA, AUDA-NEPAD, ZCLCA, CER | CENUA, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (ONUAA), ONU Comércio e Desenvolvimento (NUCD), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento | Ano 1 e Ano 3 |

| | | | | |
|---|---|--|--|-------------|
| | mercados locais, nacionais, regionais e internacionais | | (PNUD), ONU Mulheres, União Europeia (UE), BAD, Banco Mundial (BM), Banco Islâmico de Desenvolvimento (BISD), AGRA, sector privado | |
| Optimizar as cadeias de abastecimento | <ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer a gestão da cadeia de suprimentos para garantir uma distribuição eficiente de produtos agrícolas dos produtores para os consumidores (da fazenda à mesa) | Estados-Membros, CUA, AUDA-NEPAD, ZCLCA, CER | CENUA, CER, ONUAA, NUCD, PNUD, UE, BDAf, BM, BISD, AGRA, sector privado | Ano 2-Ano 5 |
| Conectar o excedente alimentar a áreas deficitárias | <ul style="list-style-type: none"> • Implementar os parques agrícolas Comuns da África, um programa emblemático da Agenda 2063 da União Africana. • Investir em cadeias de valor regionais, cestas básicas, corredores comerciais, políticas facilitadoras do comércio, infra-estrutura e serviços (rodoviários, ferroviários, portos, comunicação, garantia de qualidade, parques agrícolas) | Estados-Membros, CUA, ADUA-NEPAD, ZCLCA, CER | CENUA, CER, ONUAA, NUCD, PNUD, UE, BDAf, BM, BISD, AGRA, sector privado | Ano 5-Ano 9 |
| Objectivo Estratégico 2: Impulsionar o Investimento e o Financiamento para a Transformação Acelerada dos Sistemas Agro-alimentares | | | | |
| Melhorar a | <ul style="list-style-type: none"> • Priorizar o planejamento e o | CUA, CER, Estados- | O sector privado | 2026-2035 |

| | | | | |
|--|---|---------------------------|------------------|-----------|
| qualidade dos investimentos dos sectores público e privado | <p>investimento baseados em evidências para melhorar a qualidade dos investimentos dos sectores público e privado para ter maiores retornos para as despesas em termos de crescimento agrícola.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reforçar o planeamento, o investimento e a implementação de programas e intervenções de sistemas agro-alimentares sensíveis às questões de género. • Melhorar a eficácia das políticas do sector público e dos investimentos no financiamento do sistema agro-alimentar que beneficiem os jovens e as mulheres jovens (incluindo através da realização de análises orçamentais de género no sector agrícola) CUA, CER, Estados-Membros <p>O sector privado 2026-2035</p> | Membros | | |
| Aumentar o investimento dos sectores público e privado em sistemas agro-alimentares | <ul style="list-style-type: none"> • Priorizar o investimento público em áreas-chave dos sistemas agro-alimentares que apoiem o desenvolvimento de corredores de parques agrícolas e cabazes alimentares, incluindo investigação ou desenvolvimento agrícola, inovações, tecnologias, energia, gestão da água, estradas, infra-estruturas ferroviárias e de | CUA, CER, Estados-Membros | O sector privado | 2026-2035 |

| | | | | |
|---|--|---------------------------|------------------|-----------|
| | <p>irrigação.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os Estados-Membros devem comprometer e gastar pelo menos um por cento do PIB agrícola em investigação e desenvolvimento de sistemas agro-alimentares. • Melhorar a coordenação do financiamento e dos investimentos agro-alimentares, com especial incidência no acesso ao financiamento por parte dos jovens e das mulheres jovens no sector público. • Desenvolver instrumentos financeiros mistos | | | |
| Utilizar medidas fiscais e não fiscais para aumentar as remessas da diáspora | <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver e implementar reformas regulatórias como incentivos fiscais ou benefícios fiscais para o investimento da diáspora em sistemas agro-alimentares. • Desenvolver e emitir obrigações da diáspora que facilitem e garantam remessas da diáspora para explorar os activos da diáspora do país e apoiar os investimentos nos sistemas agro-alimentares. | CUA, CER, Estados-Membros | O sector privado | 2026-2035 |
| Desenvolver instrumentos de financiamento inovadores para sistemas agro- | <ul style="list-style-type: none"> • Redesenhar a actual arquitectura financeira e os mercados de capitais e promover instrumentos financeiros inovadores que reduzam o risco | CUA, CER, Estados-Membros | O sector privado | 2026-2035 |

| | | | | |
|---|---|---------------------------|------------------|-----------|
| alimentares | <p>do investimento em sistemas agro-alimentares.</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Harmonizar a classificação de "investimentos agro-alimentares", a constituição de provisões para perdas com empréstimos e a avaliação dos instrumentos de redução de risco pelos bancos centrais, a fim de promover o aumento da concessão de empréstimos pelos bancos comerciais. ● Desenvolver e melhorar sistemas de pagamento inovadores e digitais para reduzir os custos de transacção para os pequenos agricultores. ● Desenvolver seguros de indemnizações e colheitas para pequenos agricultores. | | | |
| Reforçar os mecanismos que apoiam o desenvolvimento de projectos emblemáticos e financiáveis na transformação dos sistemas agro-alimentares a nível regional e dos Estados-Membros | <ul style="list-style-type: none"> ● Os planos nacionais de investimento agro-alimentar devem ser concebidos com iniciativas emblemáticas identificáveis e projectos com casos de negócio adequados que facilitem o financiamento público e privado. ● Desenvolver e fortalecer mecanismos/plataformas a nível nacional e regional para convocar diálogos e coordenar a mobilização de investimentos. | CUA, CER, Estados-Membros | O sector privado | 2026-2035 |

| | | | | |
|--|---|--------------------------------|------------------|-----------|
| | <ul style="list-style-type: none"> Desenvolver parcerias público-privadas para apoiar o financiamento e a implementação emblemáticos. | | | |
| Reforçar a capacidade dos Estados-Membros para aceder ao financiamento da luta contra as alterações climáticas para a transformação dos sistemas agro-alimentares | <ul style="list-style-type: none"> Mobilizar fundos verdes e de desenvolvimento para empréstimos e subvenções soberanas concessionárias. Desenvolver mecanismos financeiros para destinar financiamento verde a cooperativas de mulheres e empresas lideradas por mulheres na agricultura | CUA, CER, Estados-Membros | O sector privado | 2026-2035 |
| Criação de um mecanismo de financiamento do investimento do sistema agro-alimentar africano | <ul style="list-style-type: none"> Desenvolver um mecanismo de investimento e financiamento de sistemas agro-alimentares semelhante ao Programa Global de Agricultura e Segurança Alimentar. | CUA, CER, Estados-Membros, BAD | O sector privado | 2026-2035 |

| Principais Intervenções | Principais Actividades | Entidades Responsáveis | Entidades de Apoio | Calendário |
|--|---|----------------------------|----------------------------------|------------|
| Objectivo Estratégico 3: Garantir a Segurança Alimentar e Nutricional | | | | |
| Explorar a agricultura para melhorar a nutrição humana, a saúde, a SPS e os | <ul style="list-style-type: none"> Promover o cultivo de culturas ricas em nutrientes, incluindo a adopção de variedades de culturas bio-fortificadas. | CUA, CER e Estados-Membros | Parceiros técnicos e financeiros | 2026-2035 |

| | | | | |
|--|---|----------------------------|----------------------------------|-----------|
| resultados de uma só saúde | <ul style="list-style-type: none"> • Apoiar a jardinagem e a aquicultura de pequena escala e a produção pecuária e pesqueira. • Melhorar os serviços de extensão agrícola para incluir a educação nutricional. | CUA, CER e Estados-Membros | Parceiros técnicos e financeiros | 2026-2035 |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver e implantar ferramentas e programas para promover a conscientização dos consumidores sobre dietas saudáveis e o envolvimento do sector privado no fornecimento dessas dietas. | CUA, CER e Estados-Membros | Parceiros técnicos e financeiros | 2026-2035 |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Incentivar a diversificação da produção agrícola. | CUA, CER e Estados-Membros | Parceiros técnicos e financeiros | 2026-2035 |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver cadeias de valor que priorizem alimentos ricos em nutrientes. | CUA, CER e Estados-Membros | Parceiros técnicos e financeiros | 2026-2035 |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Apoiar programas de promoção da produção e consumo de alimentos nutritivos tradicionais e indígenas e da culinária cultural. | CUA, CER e Estados-Membros | Parceiros técnicos e financeiros | 2026-2035 |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Programas de apoio para reduzir a disparidade de género na insegurança alimentar e nutricional • Formular leis e regulamentos | CUA, CER e Estados-Membros | Parceiros técnicos e financeiros | 2026-2035 |
| Reforçar as normas sanitárias e fitossanitárias e a abordagem | | CUA, CER e Estados-Membros | Parceiros | 2026-2035 |

| | | | | |
|----------------|--|----------------------------|----------------------------------|-----------|
| «Uma Só Saúde» | abrangentes de segurança alimentar. | Membros | técnicos e financeiros | |
| | ● Acelerar a criação da Agência Africana de Segurança Alimentar | CUA, CER e Estados-Membros | Parceiros técnicos e financeiros | 2026-2026 |
| | ● Estabelecer autoridades nacionais de segurança alimentar. | CUA, CER e Estados-Membros | Parceiros técnicos e financeiros | 2026-2028 |
| | ● Modernizar laboratórios e instalações de testes. | CUA, CER e Estados-Membros | Parceiros técnicos e financeiros | 2026-2028 |
| | ● Treinar inspectores e reguladores sobre as normas sanitárias e fitossanitárias. | CUA, CER e Estados-Membros | Parceiros técnicos e financeiros | 2026-2028 |
| | ● Implementar sistemas de rastreabilidade e planos de resposta a emergências de segurança alimentar. | CUA, CER e Estados-Membros | Parceiros técnicos e financeiros | 2026-2028 |
| | ● Desenvolver e implementar directrizes e protocolos de saúde únicos. | CUA, CER e Estados-Membros | Parceiros técnicos e financeiros | 2026-2028 |
| | ● Facilitar a participação do sector privado nas RPU para o comércio e o acesso ao mercado. | CUA, CER e Estados-Membros | Parceiros técnicos e financeiros | 2026-2028 |
| | ● Desenvolver a capacidade das PME e dos pequenos agricultores em relação aos protocolos SPS e às boas práticas agrícolas. | CUA, CER e Estados-Membros | Parceiros técnicos e financeiros | 2026-2028 |

| | | | | |
|---|--|---|---|-----------|
| Melhorar a saúde e o bem-estar dos animais para garantir a segurança alimentar e contribuir para a saúde pública | <ul style="list-style-type: none"> • Investir em sistemas de vigilância e notificação de doenças utilizando as abordagens epycosystem e One Health • Aumentar a capacidade dos laboratórios veterinários para detectar ameaças | CUA, Estados-Membros, instituições de investigação e sector privado | Parceiros técnicos e financeiros Sociedade civil e organizações profissionais | 2026-2028 |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Aumentar as capacidades de produção de vacinas | CUA, Estados-Membros, instituições de investigação e sector privado | Parceiros técnicos e financeiros Sociedade civil e organizações profissionais | 2026-2028 |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Investir na erradicação das doenças prioritárias, como a "Peste des Petits Ruminants" (PPR) até 2030, e na prevenção e controlo das doenças animais transfronteiriças (DAT) através do reforço da coordenação regional, da governação das parcerias público-privadas no domínio veterinário e do acesso a vacinas de qualidade | CUA, Estados-Membros, instituições de investigação e sector privado | Parceiros técnicos e financeiros Sociedade civil e organizações profissionais | 2026-2028 |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Melhorar os sistemas de gestão e governação da saúde animal e dos animais aquáticos | CUA, Estados-Membros, instituições de investigação e sector privado | Parceiros técnicos e financeiros Sociedade civil e organizações profissionais | 2026-2028 |

| | | | | |
|---------------------------------------|--|---|---|-----------|
| | <ul style="list-style-type: none"> Reforçar o quadro jurídico para as garantias de qualidade dos medicamentos veterinários (medicamentos e vacinas), a fim de reduzir a circulação e a utilização de produtos contrafeitos, em consonância com a acção mundial em matéria de resistência antimicrobiana | CUA, Estados-Membros, instituições de investigação e sector privado | Parceiros técnicos e financeiros Sociedade civil e organizações profissionais | 2026-2028 |
| Sistemas de Rações e Forragens | <ul style="list-style-type: none"> Investir em pesquisa e desenvolvimento para variedades melhoradas de culturas forrageiras que sejam mais resilientes e tenham maior valor nutricional | CUA, Estados-Membros, instituições de investigação e sector privado | Parceiros técnicos e financeiros Sociedade civil e organizações profissionais | 2026-2028 |
| | <ul style="list-style-type: none"> Promover fontes de alimentação alternativas e disponíveis localmente para reduzir a dependência de fontes de ração tradicionais | CUA, Estados-Membros, instituições de investigação e sector privado | Parceiros técnicos e financeiros Sociedade civil e organizações profissionais | 2026-2028 |
| | <ul style="list-style-type: none"> Investir na melhoria da gestão de pastagens, reflorestação e protecção de árvores em pastagens, recuperação de terras degradadas e melhor gestão de estrume | CUA, Estados-Membros, instituições de investigação e sector privado | Parceiros técnicos e financeiros Sociedade civil e organizações profissionais | 2026-2028 |
| | <ul style="list-style-type: none"> Formar os aquicultores e agentes de pecuária sobre práticas adequadas de manejo de rações e forragens para optimizar a saúde e a produtividade dos peixes e dos animais | CUA, Estados-Membros, instituições de investigação e sector privado | Parceiros técnicos e financeiros Sociedade civil e organizações profissionais | 2026-2028 |

| | | | | |
|--------------------------------------|---|---|---|-----------|
| Serviços de polinização | <ul style="list-style-type: none"> • Apoiar iniciativas de apicultura para melhorar os serviços de polinização e fornecer fontes de rendimento adicionais aos agricultores | CUA, Estados-Membros, instituições de investigação e sector privado | Parceiros técnicos e financeiros Sociedade civil e organizações profissionais | 2026-2028 |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Sensibilizar para a importância dos polinizadores para a produtividade agrícola e técnicas de gestão integrada de pragas que minimizem o impacto dos pesticidas nos polinizadores | CUA, Estados-Membros, instituições de investigação e sector privado | Parceiros técnicos e financeiros Sociedade civil e organizações profissionais | 2026-2028 |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Proteger e restaurar habitats críticos para os polinizadores, como prados de flores silvestres e sebes | CUA, Estados-Membros, instituições de investigação e sector privado | Parceiros técnicos e financeiros Sociedade civil e organizações profissionais | 2026-2028 |
| Sistemas de Produção Pastoral | <ul style="list-style-type: none"> • Promover uma abordagem integrada de desenvolvimento pastoral que inclua transformação, resiliência, sustentabilidade da produção pastoril e inclusão no mercado | CUA, Estados-Membros, instituições de investigação e sector privado | Parceiros técnicos e financeiros Sociedade civil e organizações profissionais | 2026-2028 |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Melhorar a consulta baseada na comunidade, no país e na região sobre factores locais, nacionais e transfronteiriços de vulnerabilidade, mitigação de restrições e resiliência | CUA, Estados-Membros, instituições de investigação e sector privado | Parceiros técnicos e financeiros Sociedade civil e organizações profissionais | 2026-2028 |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Melhorar as estratégias de transumância e a co-gestão da transumância transfronteiriça e | CUA, Estados-Membros, instituições de investigação e | Parceiros técnicos e financeiros | 2026-2028 |

| | | | | |
|--|---|---|--|-----------|
| Melhorar a produção aquática e os ecossistemas integrados | <p>promover a coerência entre os regulamentos e a governação dos recursos hídricos e de pastagens, a mobilidade, as convenções locais, etc.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer o seguro de índice climático e as Boas Práticas de Gestão de Emergências e boas práticas para construir resiliência | sector privado | Sociedade civil e organizações profissionais | |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Promover a integração da pesca e da aquicultura sustentáveis nas cadeias de valor locais e globais, reforçando simultaneamente a capacidade dos pequenos intervenientes para aceder a factores de produção de qualidade, como alimentos para animais e sementes para a aquicultura, e para participar nos mercados locais e regionais | CUA, Estados-Membros, instituições de investigação e sector privado | Parceiros técnicos e financeiros Sociedade civil e organizações profissionais | 2026-2028 |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Defender a adopção de práticas de gestão baseadas em dados científicos no sector das pescas para assegurar a recuperação das unidades populacionais de peixes, incluindo a criação de sistemas de monitorização para combater a pesca INN, a pirataria e apoiar a resolução de conflitos • Investir em sistemas aquáticos sustentáveis, produtivos e | CUA, Estados-Membros, instituições de investigação e sector privado | Parceiros técnicos e financeiros Sociedade civil e organizações profissionais | 2026-2028 |
| | | CUA, Estados-Membros, instituições de investigação e sector privado | Parceiros técnicos e | 2026-2028 |

| | | | | |
|--|---|--|--|-----------|
| | <p>eficientes, baseados na ciência, através de um melhor zoneamento, gestão de recursos transfronteiriços e promoção e aplicação de normas ambientais e de biossegurança</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Melhorar a governação para a gestão sustentável da pequena pesca (SSF) no contexto africano, a fim de aumentar o seu contributo para a segurança alimentar e nutricional e para a criação de riqueza, aumentando simultaneamente a sua resiliência e adaptabilidade para reduzir a vulnerabilidade a choques internos e externos ● Reforçar as capacidades de conservação da biodiversidade aquática para o desenvolvimento da Economia Azul em África ● Reforçar a resiliência e promover mecanismos financeiros sustentáveis e o investimento nas pescas e na aquicultura ● Promover uma abordagem holística à produção de alimentos que ligue a agricultura terrestre aos sistemas de aquicultura, | <p>sector privado</p> | <p>financeiros Sociedade civil e organizações profissionais</p> | |
| | <ul style="list-style-type: none"> ● Melhorar a governação para a gestão sustentável da pequena pesca (SSF) no contexto africano, a fim de aumentar o seu contributo para a segurança alimentar e nutricional e para a criação de riqueza, aumentando simultaneamente a sua resiliência e adaptabilidade para reduzir a vulnerabilidade a choques internos e externos | <p>CUA, Estados-Membros, instituições de investigação e sector privado</p> | <p>Parceiros técnicos e financeiros Sociedade civil e organizações profissionais</p> | 2026-2028 |
| | <ul style="list-style-type: none"> ● Reforçar as capacidades de conservação da biodiversidade aquática para o desenvolvimento da Economia Azul em África | <p>CUA, Estados-Membros, instituições de investigação e sector privado</p> | <p>Parceiros técnicos e financeiros Sociedade civil e organizações profissionais</p> | 2026-2028 |
| | <ul style="list-style-type: none"> ● Reforçar a resiliência e promover mecanismos financeiros sustentáveis e o investimento nas pescas e na aquicultura | <p>CUA, Estados-Membros, instituições de investigação e sector privado</p> | <p>Parceiros técnicos e financeiros Sociedade civil e organizações profissionais</p> | 2026-2028 |
| | <ul style="list-style-type: none"> ● Promover uma abordagem holística à produção de alimentos que ligue a agricultura terrestre aos sistemas de aquicultura, | <p>CUA, Estados-Membros, instituições de investigação e sector privado</p> | <p>Parceiros técnicos e financeiros Sociedade civil e</p> | 2026-2028 |

| | | | | |
|--|---|---|---|-----------|
| | <p>desenvolvendo políticas e programas que incentivem práticas sustentáveis em ambos os sectores para promover a resiliência contra as alterações climáticas e melhorar a segurança alimentar</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implementar programas de treinamento para pequenos aquicultores adoptarem práticas ambientalmente sustentáveis que aumentem a produtividade enquanto minimizam os impactos ecológicos, incluindo educação sobre sistemas integrados de aquicultura multitrófica | | organizações profissionais | |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver políticas, estratégias e programas baseados em evidências, sensíveis à nutrição e específicos ligados aos sistemas agro-alimentares em níveis nacional, sub-regional e regional. | CUA, Estados-Membros, instituições de investigação e sector privado | Parceiros técnicos e financeiros Sociedade civil e organizações profissionais | 2026-2028 |
| Fortalecer políticas e programas de nutrição baseados em evidências, educação nutricional e conscientização do consumidor | <ul style="list-style-type: none"> • Implementar orientações dietéticas baseadas em alimentos para influenciar as políticas e programas dos Estados-Membros; integrar regimes alimentares saudáveis em agendas de desenvolvimento de sistemas agro-alimentares sustentáveis. | CUA, CER e Estados-Membros | Parceiros técnicos e financeiros | 2027-2028 |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer as capacidades | CUA, CER e Estados-Membros | Parceiros técnicos e | 2026-2035 |
| | | | | 2026-2035 |

| | | | | |
|--|--|----------------------------|----------------------------------|-----------|
| | <p>individuais e institucionais para conceber, implementar, adaptar e avaliar acções, políticas e programas eficazes de educação nutricional. Tal inclui a integração da educação nutricional nos currículos escolares</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Implementar medidas para reduzir o trabalho de cuidado não remunerado das mulheres em intervenções de nutrição <ul style="list-style-type: none"> ● Reforçar as capacidades dos Estados-Membros para utilizar e aplicar a rotulagem dos alimentos como um instrumento político eficaz para proteger a saúde dos consumidores | | financeiros | |
| | | CUA, CER e Estados-Membros | Parceiros técnicos e financeiros | 2026-2035 |

Objectivo Estratégico 4: Promover a inclusão e meios de subsistência equitativos

| | | | | |
|--|--|--|---|-----------|
| Transformar o sistema agro-alimentar rural | <ul style="list-style-type: none"> ● Criar e sensibilizar para as desigualdades no sector agrícola e defender políticas e investimentos reactivos ● Incluir indicadores no CAADP RB que acompanhem o progresso para alcançar a inclusão nos sistemas alimentares. ● Criar investimento rural para (i) serviços de qualidade (educação, saúde, água potável), bem como (ii) infra-estrutura rural (estradas rurais, energia, irrigação, mecanização, telecomunicações, | CUA, AUD-NEPAD, CER, e Estados-Membros | Parceiros de desenvolvimento e implementação, Estados-Membros | 2026-2035 |
|--|--|--|---|-----------|

| | | | | |
|---|---|--|---|-----------|
| | pólos de agro-processamento) para tornar as áreas rurais atraentes. | | | |
| Facilitar o acesso ao financiamento, garantir recursos produtivos e promover a capacitação económica | <ul style="list-style-type: none"> ● Fortalecer a capacidade e fornecer programas de treinamento especificamente direcionados a mulheres, jovens, grupos vulneráveis, agricultores e empreendedores. ● Facilitar um maior acesso e uso dos recursos produtivos através do desenvolvimento de políticas que melhorem o acesso inclusivo e o controle sobre os recursos produtivos, como terra, água, sementes e crédito. ● Facilitar o acesso ao crédito para mulheres, jovens e grupos vulneráveis e garantir a sua participação activa nas cadeias de valor agrícolas. ● Facilitar o acesso aos mercados para mulheres, jovens e grupos vulneráveis e garantir a sua participação activa nas cadeias de valor agrícolas. | CUA, AUDANEPAD, CER, e Estados-Membros | Parceiros de desenvolvimento e implementação, Estados-Membros | 2026-2035 |
| Implementar uma protecção social inclusiva | <ul style="list-style-type: none"> ● Institucionalizar sistemas de protecção social que garantam assistência aos pobres e protejam os vulneráveis contra riscos de subsistência para promover o desenvolvimento agrícola e, mais amplamente, o crescimento | CUA, AUDANEPAD, CER, e Estados-Membros | Parceiros de desenvolvimento e implementação, Estados-Membros | 2026-2035 |

| | | | | |
|---|--|--|--|-----------|
| | <p>económico.</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Desenvolver e implementar programas de protecção social e estabelecer redes de segurança que abordem as vulnerabilidades e desafios específicos enfrentados por mulheres, jovens e grupos vulneráveis no sector agrícola. ● Desenvolver e implementar programas de protecção social que contribuam para reconhecer, reduzir e redistribuir o trabalho de cuidado não remunerado das mulheres. | | | |
| Promover salários dignos e salários iguais por trabalho de igual valor e segurança no local de trabalho para as mulheres no sector dos sistemas agro-alimentares | <ul style="list-style-type: none"> ● Garantir a igualdade de remuneração por trabalho de igual valor para as mulheres e os jovens trabalhadores dos sistemas agro-alimentares. ● Apoiar os países no desenvolvimento de normas para locais de trabalho nos sistemas agro-alimentares isentos de assédio sexual, em conformidade com a Convenção C190 da OIT | CUA, AUDI-NEPAD, CER e Estados-Membros | AGÊNCIAS DAS Nações Unidas (OIT, ONU Mulheres) | |
| Promover a inovação, a digitalização e a tecnologia agrícola | <ul style="list-style-type: none"> ● Promover a adopção de tecnologias e inovações agrícolas que respondam a mulheres, jovens e grupos vulneráveis. ● Promover e conduzir pesquisa e desenvolvimento e colecta de dados sobre agricultura para entender melhor as necessidades, | CUA, AUDI-NEPAD, CER e Estados-Membros | Parceiros de desenvolvimento e execução, Estados-Membros | 2026-2035 |

| | | | | |
|---|--|--|------------------------------|-----------|
| | <p>restrições e oportunidades para mulheres, jovens e grupos vulneráveis no sistema alimentar.</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Desenvolver literacia digital integrada e inclusiva e ferramentas apropriadas que capacitem a participação de mulheres, jovens e grupos vulneráveis e contribuam para o desenvolvimento agrícola sustentável, promovendo meios de subsistência equitativos. | | | |
| Resiliência, adaptação às alterações climáticas e atenuação dos seus efeitos | <ul style="list-style-type: none"> ● Desenvolver e apoiar os Estados-Membros e parceiros a integrar estratégias de resiliência e mitigação das alterações climáticas em todos os seus planos que aumentem a resiliência das mulheres, dos jovens e dos agricultores vulneráveis no sistema agro-alimentar, melhorando simultaneamente a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para o desenvolvimento agrícola sustentável face às alterações climáticas. ● Incluir as mulheres nas estruturas e processos de tomada de decisão em torno da mitigação e adaptação às alterações climáticas a nível local e nacional. | CUA, AUDA-NEPAD, CER e Estados-Membros | | 2026-2035 |
| Apoio político e institucional e | <ul style="list-style-type: none"> ● Facilitar a adopção de políticas e quadros jurídicos inclusivos. | CUA, AUDA-NEPAD, CER e Estados- | Parceiros de desenvolvimento | 2026-2035 |

| | | | | |
|--------------------------------|---|---------|------------------------------------|--|
| reforço das capacidades | <p>o Desenvolver, rever e rever as políticas e quadros jurídicos existentes relacionados com a agricultura e os sistemas alimentares para garantir que são inclusivos.</p> <p>o Realizar um estudo para mulheres, jovens e vulneráveis para ajudar a identificar estratégias para aumentar a participação inclusiva no sistema alimentar e abordar a desigualdade de jovens, mulheres e grupos vulneráveis.</p> <p>o Apoiar os Estados-Membros na concepção de políticas e programas que apoiem a transformação rural, nomeadamente através da disponibilização de infra-estruturas rurais.</p> <p>o Fortalecer a capacidade e fornecer programas de treinamento especificamente direcionados a mulheres, jovens e agricultores e empreendedores de grupos vulneráveis.</p> <p>o Estabelecer janelas específicas para mulheres e jovens nos mecanismos financeiros nacionais para o sector agrícola.</p> <p>o Desenvolver linhas de</p> | Membros | e execução, Estados- Membros | |
|--------------------------------|---|---------|------------------------------------|--|

| | | | | |
|--|---|--|--|--|
| | <p>crédito e garantias para empresas e cooperativas lideradas por mulheres no sector agrícola, em colaboração com instituições financeiras privadas.</p> <p>o Destinar 5% do orçamento agrícola a medidas destinadas às mulheres e aos jovens para aumentar a sua produtividade agrícola.</p> | | | |
|--|---|--|--|--|

| Principais Intervenções | Principais actividades | Entidades responsáveis | Entidades de Apoio | Calendário |
|---|---|----------------------------|----------------------------------|------------|
| Objectivo estratégico 5: Construir sistemas agro-alimentares resilientes | | | | |
| Investir em capacidades humanas e biofísicas e em sistemas sociais, institucionais e de conhecimento para melhor compreender, prevenir e antecipar as principais unidades populacionais que afectam os sistemas agro-alimentares | <ul style="list-style-type: none"> Desenvolver capacidades nos sistemas de conhecimento para compreender melhor os choques, factores de stress e ameaças do sistema agro-alimentar e reforçar os modelos preditivos. Reforçar os sistemas de alerta precoce que informam uma tomada de decisão melhor e atempada e medidas proactivas para mitigar as perturbações. Promover tecnologias agrícolas de precisão, incluindo sensoriamento remoto e imagens de satélite combinadas com SIG, para avaliar, monitorar e relatar as condições de colheita, pesca, forragem e pecuária em tempo real. | CUA, CER e Estados-Membros | Parceiros técnicos e financeiros | 2026-2035 |

| | | | | |
|--|---|----------------------------|----------------------------------|-----------|
| | <ul style="list-style-type: none"> • Investir em activos biológicos e físicos para proteger vidas, meios de subsistência e sistemas agro-alimentares. | CUA, CER e Estados-Membros | Parceiros técnicos e financeiros | 2026-2035 |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Abordar o impacto de vários choques e factores de tensão em grupos específicos, como os jovens, as mulheres, as pessoas com deficiência, as populações indígenas e os países vulneráveis, e conceber medidas de resposta adaptadas. | CUA, CER e Estados-Membros | Parceiros técnicos e financeiros | 2026-2035 |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Promover uma paz duradoura através da resolução de conflitos e de iniciativas de consolidação da paz. | CUA, CER e Estados-Membros | Parceiros técnicos e financeiros | 2026-2035 |
| Reforçar a capacidade de absorção dos sistemas agro-alimentares para minimizar os danos, proteger os meios de subsistência e reconstruir melhor em caso de choque | <ul style="list-style-type: none"> • Promover a transferência de riscos e medidas de protecção social, tais como instrumentos de seguro, acesso ao crédito e subsídios aos preços dos alimentos, que ajudem os agricultores a gerir os riscos e a recuperar das perdas. | CUA, CER e Estados-Membros | Parceiros técnicos e financeiros | 2026-2035 |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer protocolos coordenados e robustos de resposta a emergências e recuperação para minimizar interrupções e facilitar a recuperação rápida. | CUA, CER e Estados-Membros | Parceiros técnicos e financeiros | 2026-2035 |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer e melhorar a colaboração entre os actores locais, nacionais e internacionais, | CUA, CER e Estados-Membros | Parceiros técnicos e financeiros | 2026-2035 |

| | | | | |
|---|--|----------------------------|----------------------------------|-----------|
| | para garantir uma abordagem unificada e eficiente na gestão de crises do sistema agro-alimentar. | | | |
| Promover a adaptação nos sistemas agro-alimentares e meios de subsistência para reduzir a vulnerabilidade a grandes choques e factores de stress | ● Investir no desenvolvimento, escalonamento e adopção de agricultura inteligente em termos climáticos e agricultura regenerativa. | CUA, CER e Estados-Membros | Parceiros técnicos e financeiros | 2026-2035 |
| | ● Expandir a irrigação inteligente usando técnicas como captação de água da chuva, sistemas de irrigação eficientes (por exemplo, irrigação por gotejamento), energia solar e melhor armazenamento de água para lidar com padrões irregulares de chuva. | CUA, CER e Estados-Membros | Parceiros técnicos e financeiros | 2026-2035 |
| | ● Diversificar os sistemas agrícolas e de cultivo, como a produção de culturas, peixes e gado, para fortalecer a resiliência dos sistemas agro-alimentares face às alterações climáticas e outros choques, equipando os agricultores com ferramentas para gerir riscos, adaptar-se às condições em mudança e garantir a sustentabilidade a longo prazo dos seus meios de subsistência. | CUA, CER e Estados-Membros | Parceiros técnicos e financeiros | 2026-2035 |
| | ● Expandir o uso de energia renovável na agricultura, incluindo sistemas de irrigação movidos a energia solar e o uso de biogás e outras fontes de energia | CUA, CER e Estados-Membros | Parceiros técnicos e financeiros | |

| | | | | |
|--|--|----------------------------|----------------------------------|-----------|
| Melhorar a investigação agrícola inclusiva e os serviços de extensão e reduzir a perda e o desperdício de alimentos | renováveis para processamento, armazenamento e cozimento pós-colheita, reduzindo as emissões de gases de efeito estufa e o desmatamento. | | | |
| | <ul style="list-style-type: none"> Promover o uso de energia eólica e micro-hídrica para operações agrícolas em áreas adequadas. | CUA, CER e Estados-Membros | Parceiros técnicos e financeiros | 2026-2035 |
| | <ul style="list-style-type: none"> Reforçar a capacidade dos agricultores para utilizarem práticas agrícolas e sistemas de alerta precoce inteligentes do ponto de vista climático e integrarem o conhecimento local. | CUA, CER e Estados-Membros | Parceiros técnicos e financeiros | 2026-2035 |
| | <ul style="list-style-type: none"> Fornecer aos agricultores os conhecimentos e recursos necessários para enfrentar os desafios das alterações climáticas. | CUA, CER e Estados-Membros | Parceiros técnicos e financeiros | 2026-2035 |
| | <ul style="list-style-type: none"> Realizar pesquisas que incorporem o conhecimento local e disseminar efectivamente os resultados | CUA, CER e Estados-Membros | Parceiros técnicos e financeiros | 2026-2035 |
| | <ul style="list-style-type: none"> Melhorar as instalações de armazenamento e a infra-estrutura de transporte para minimizar as perdas pós-colheita e o desperdício de alimentos. | CUA, CER e Estados-Membros | Parceiros técnicos e financeiros | 2026-2035 |
| | <ul style="list-style-type: none"> Incentivar a adopção de práticas e tecnologias que prolongam a vida útil dos produtos agrícolas, como a melhoria da secagem, embalagem e refrigeração, e | CUA, CER e Estados-Membros | Parceiros técnicos e financeiros | 2026-2035 |

| | | | | |
|--|--|----------------------------|----------------------------------|-----------|
| | <p>promover campanhas de sensibilização e mudança de comportamento para reduzir o desperdício alimentar ao nível do consumidor.</p> <p>Investir em capacidades transformadoras a longo prazo para criar sistemas agro-alimentares fundamentalmente diferentes, mais resilientes e inclusivos</p> | | | |
| Investir em capacidades transformadoras a longo prazo para criar sistemas agro-alimentares fundamentalmente diferentes, mais resilientes e inclusivos | <ul style="list-style-type: none"> Promover a intensificação agrícola sustentável para aumentar os rendimentos, proteger os ecossistemas e melhorar a segurança alimentar e nutricional e os rendimentos. | CUA, CER e Estados-Membros | Parceiros técnicos e financeiros | 2026-2035 |
| | <ul style="list-style-type: none"> Investir em infra-estruturas robustas de sistemas agro-alimentares, incluindo sistemas de transporte, armazenamento e irrigação, para reduzir as perdas pós-colheita e a dependência de sistemas de sequeiro, melhorar o acesso ao mercado e o comércio e aumentar os rendimentos. | CUA, CER e Estados-Membros | Parceiros técnicos e financeiros | 2026-2035 |
| | <ul style="list-style-type: none"> Apoiar as cadeias de abastecimento alimentar locais e os mercados alimentares. | CUA, CER e Estados-Membros | Parceiros técnicos e financeiros | 2026-2035 |
| | <ul style="list-style-type: none"> Promover a diversificação dos sistemas de cultivo, pesca e pecuária, para reduzir a sensibilidade dos sistemas agro- | CUA, CER e Estados-Membros | Parceiros técnicos e financeiros | 2026-2035 |

| | | | | |
|--|---|----------------------------|----------------------------------|-----------|
| | <p>alimentares às alterações climáticas e outros choques, e aumentar a segurança alimentar e nutricional.</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Preservar e utilizar os recursos genéticos tradicionais ou indígenas para melhorar o desenvolvimento de variedades de culturas autóctones resilientes, diversificadas e nutritivas e de raças piscícolas e pecuárias e aumentar a disponibilidade e o consumo destes produtos vegetais e animais. | | | |
| | <ul style="list-style-type: none"> ● Promover tecnologia e inovação para impulsionar a produtividade, eficiência e resiliência agrícola, especialmente entre pequenos produtores e jovens empreendedores. | CUA, CER e Estados-Membros | Parceiros técnicos e financeiros | 2026-2035 |
| | <ul style="list-style-type: none"> ● Estabelecer um sistema confiável de dados e inventário de gases de efeito estufa para facilitar o comércio nos mercados de carbono. | CUA, CER e Estados-Membros | Parceiros técnicos e financeiros | 2026-2035 |
| | <ul style="list-style-type: none"> ● Estabelecer e manter reservas alimentares estratégicas nacionais e regionais para aumentar a segurança alimentar durante os períodos de interrupção. | CUA, CER e Estados-Membros | Parceiros técnicos e financeiros | 2026-2035 |
| | <ul style="list-style-type: none"> ● Promover a diversificação dos meios de subsistência para reduzir a dependência de uma única | CUA, CER e Estados-Membros | Parceiros técnicos e financeiros | 2026-2035 |

| | | | | |
|--|---|--|--|--|
| | <p>cultura (ou raça de peixe ou gado), aumentando assim a estabilidade do rendimento familiar e reduzindo a vulnerabilidade a choques.</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Promover a gestão sustentável da terra para reduzir a erosão e melhorar a saúde do solo e a produtividade agrícola, o sequestro de carbono e a restauração de terras degradadas através da gestão integrada da fertilidade do solo, práticas sustentáveis de pastoreio, reflorestação e florestação. | | | |
|--|---|--|--|--|

| Objectivo estratégico 6: Reforçar a governação dos sistemas agro-alimentares | | | | |
|--|---|--|--|-----------|
| Assegurar uma liderança forte e visionária e a apropriação entre as partes interessadas nos sistemas agro-alimentares | <ul style="list-style-type: none"> ● Harmonizar, alinhar e domesticar estratégias CAADP dentro das políticas nacionais e regionais de sistemas agro-alimentares. ● Mobilizar investimentos públicos e privados. ● Estabelecer mecanismos de mobilização de investimentos do sector privado. ● Reforçar a supervisão parlamentar para melhorar a responsabilização e o alinhamento | CUA, AUD-NEPAD, CER, e Estados-Membros | Órgãos parlamentares, outras partes interessadas, parceiros de desenvolvimento | Por Ano 2 |
| Promover mecanismos eficazes de coordenação e | <ul style="list-style-type: none"> ● Realizar reformas políticas nacionais, regionais e transfronteiriças (por exemplo, normas sanitárias e fitossanitárias, | CUA, AUD-NEPAD, CER, e Estados-Membros | órgãos parlamentares, outras partes interessadas, | Por Ano 3 |

| | | | | |
|--|--|--|---|-----------|
| responsabilização entre as partes interessadas no sector agro-alimentar | <p>gestão de recursos naturais e desenvolvimento da cadeia de valor).</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Reforçar a coordenação e a capacidade das instituições da União Africana. ● Fortalecer a governança e a liderança das partes interessadas e das comunidades na formulação, implementação e monitoramento de políticas. | | parceiros de desenvolvimento, e organizações transfronteiriças relevantes | |
| Fornecer directrizes de implementação CAADP 2026-2035 | <ul style="list-style-type: none"> ● Desenvolver directrizes para a implementação de políticas de sistemas agro-alimentares nacionais e regionais. ● Desenvolver directrizes para actualização do processo CAADP RB, dados, sistemas de gestão do conhecimento e prestação de contas mútua. ● Desenvolver directrizes para a mobilização de recursos dos sectores público e privado, incluindo orçamentos governamentais, fundos doadores e investimentos do sector privado. ● Desenvolver directrizes para o fortalecimento da capacidade do sistema em todos os níveis. ● Desenvolver directrizes para implementação e coordenação e estabelecer estruturas claras, papéis e responsabilidades. | CUA, AUD-NEPAD, CER, e Estados-Membros | Outras partes interessadas, parceiros de desenvolvimento, instituições técnicas | Por Ano 2 |

| | | | | |
|---|--|--|---|-----------|
| Estabelecer mecanismos de responsabilização mútua e melhoria contínua na governação dos sistemas agro-alimentares | <ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer, fortalecer e institucionalizar mecanismos de responsabilização mútua (ou seja, JSR, RB, diálogos nacionais) | CUA, AUDANEPAD, CER, e Estados-Membros | Órgãos parlamentares, outras partes interessadas e parceiros de desenvolvimento | Por Ano 3 |
| Estabelecer políticas e quadros nacionais para institucionalizar os recursos e desenvolver a capacidade de implementação | <ul style="list-style-type: none"> • Reforçar e fortalecer os processos PNIA e PRIA existentes. • Estabelecer uma linha de implementação do CAADP dentro dos orçamentos nacionais, institucionais e regionais. • Conceber e estabelecer instrumentos de financiamento multisectoriais a nível nacional, regional e continental para a implementação do CAADP. | CUA, AUDANEPAD, CER, e Estados-Membros | Parceiros de desenvolvimento e outras partes interessadas | Por Ano 2 |
| Fortalecer capacidade colectivas integrada para melhorar execução | <ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer a liderança política. • Melhorar ambientes propícios e capacidades organizacionais. • Desenvolver e aproveitar o capital humano. | CUA, AUDANEPAD, CER, e Estados-Membros | Parceiros de desenvolvimento e outras partes interessadas | Por Ano 3 |
| Fortalecer parcerias colaboração | <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver uma estrutura de parceria CAADP. • Fortalecer processos, plataformas e redes continentais para torná-los mais eficazes. • Desenvolver ou fortalecer instrumentos e ferramentas do CAADP como o CAP-F e | CUA, AUDANEPAD, CER, e Estados-Membros | Parceiros de desenvolvimento e outras partes interessadas | Por Ano 3 |

| | | | | |
|---|---|--|--|-----------|
| | <p>estabelecer plataformas de diálogo, coordenação e aprendizagem multilaterais.</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Desenvolver parcerias estratégicas e desenvolver a capacidade de organizações nacionais estratégicas e do sector privado para sustentar a implementação do CAADP. ● Desenvolver e fortalecer parcerias estratégicas com as principais instituições regionais e continentais. | | | |
| Melhorar as capacidades institucionais e das partes interessadas | <ul style="list-style-type: none"> ● Estabelecer e descentralizar plataformas de colaboração, coordenação e diálogo multilaterais. ● Reforçar as capacidades das equipas nacionais e regionais do CAADP e das plataformas das partes interessadas. ● Reforçar as plataformas digitais dos sistemas agro-alimentares existentes. ● Redesenhar e hospedar o sistema CAADP eRB na AUDANEPAD. | CUA, AUDANEPAD, CER, e Estados-Membros | Outras partes interessadas | Por Ano 2 |
| Fortalecer a capacidade de gestão do conhecimento baseada em evidências para | <ul style="list-style-type: none"> ● Estabelecer e fortalecer um Sistema de Apoio ao Conhecimento CAADP nos níveis nacional, regional e continental. ● Desenvolver directrizes e ferramentas para sistemas de | CUA, AUDANEPAD, CER, e Estados-Membros | Outras partes interessadas e instituições técnicas | Por Ano 2 |

| | | | | | |
|---|----------|---|--|--|-----------|
| monitoramento, avaliação, aprendizagem relatórios | e | <p>apoio à gestão do conhecimento, incluindo M&EA aprendizagem e relatórios.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer e fortalecer sistemas de fusões e aquisições agro-alimentares a nível nacional, regional e continental. | | | |
| Recurso à Estratégia e Plano de Acção do CAADP | à | <ul style="list-style-type: none"> • Mobilizar fundos internos e externos para financiar as prioridades do CAADP em PNIA e PRIA • Realizar revisões das despesas públicas agrícolas para informar a utilização eficiente dos recursos • Fortalecer a capacidade da equipe nacional de liderança e coordenação do CAADP para melhorar o planejamento, a coordenação, a mobilização de recursos e a prestação de contas. | CUA, AUD-NEPAD, CER, e Estados-Membros | Parceiros de desenvolvimento e outras partes interessadas | Por Ano 2 |
| Estratégia de Comunicação e Advocacia CAADP | | <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver diretrizes para comunicação e advocacy e treinar os principais especialistas e parceiros do CAADP em comunicação, advocacy e gestão do conhecimento. • Estabelecer capacidade e institucionalizar a comunicação, advocacy e gestão do conhecimento dentro das estruturas de implementação do CAADP. • Fortalecer a estrutura e | CUA, AUD-NEPAD, CER, e Estados-Membros | Instituições técnicas, outras partes interessadas e parceiros de desenvolvimento | Por Ano 2 |

| | | | | |
|--|---|--|--|--|
| | <p>capacidade campeã do CAADP.</p> <ul style="list-style-type: none">● Redesenhar e fortalecer redes estratégicas de comunicação e meios de comunicação social.● Investir na construção da marca, posicionamento e visibilidade CAADP.● Revisar a política e o protocolo de comunicação CAADP da UA para torná-la ágil, flexível e adaptável às tendências, drivers e realidades actuais. | | | |
|--|---|--|--|--|